



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL  
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UTAO | PARECER TÉCNICO n.º 11/2011

# Execução Orçamental - Janeiro a Setembro de 2011

Óptica da Contabilidade Pública

16.11.2011

### **Ficha técnica**

---

Este trabalho foi elaborado com base na informação disponível até 27 de Outubro de 2011.

A análise efectuada é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de Julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

---

## Sumário Executivo

---

**1** A execução orçamental até ao terceiro trimestre de 2011 vem confirmar duas tendências já anteriormente evidenciadas em diversas notas da UTAO: as contas públicas têm seguido uma trajetória de correcção face ao ano anterior; essa correcção é insuficiente face aos objectivos definidos no Orçamento de Estado para 2011 e na revisão acordada em Maio no âmbito do programa de assistência financeira.

**2** Deste modo, o défice orçamental não poderá sofrer uma deterioração expressiva no último trimestre do corrente ano, período em que é habitual um agravamento devido à maior concentração de despesas com pessoal e de despesas de investimento. Por esse motivo, o cumprimento do objectivo para 2011 estará fortemente dependente da concretização plena das medidas temporárias previstas para o último trimestre, com destaque para a receita proveniente da transferência dos fundos de pensões do sector bancário e para a introdução de uma sobretaxa extraordinária em sede de IRS.

**3** Em termos ajustados, a melhoria homóloga acumulada até Setembro do saldo da administração central e segurança social ficou a dever-se apenas ao subsector Estado. Porém, a melhoria deste subsector teria sido superior caso a receita e a despesa efectiva tivessem evoluído ao ritmo implícito no OE/2011 (6% no caso da receita e -4,7% no caso da despesa ajustada). Com efeito, o crescimento homólogo da receita efectiva ficou 0,9 p.p. abaixo do referido objectivo e a redução da despesa ficou aquém em 0,9 p.p..

**4** O novo objectivo para o défice do Estado em contabilidade pública – compatível com o défice de 5,9% do PIB em contabilidade nacional – tem implícita uma revisão em alta da receita de capital e também, embora em menor grau, da receita fiscal. Essa revisão deve-se aos efeitos das operações temporárias de consolidação orçamental. Excluindo esses efeitos, o novo objectivo para o crescimento homólogo da receita efectiva será de cerca de 5,7% em 2011, pelo que a execução orçamental até Setembro ainda se encontra aquém em 0,6 p.p..

**5** Ao nível da receita fiscal, a aceleração na cobrança líquida dos impostos directos face ao mês anterior, a qual reflecte exclusivamente a evolução do IRC, mais que compensou a desaceleração registada na cobrança líquida dos impostos indirectos. Embora a taxa de crescimento do IVA se encontre, presentemente, em linha com o objectivo implícito no OE/2011, não será expectável a manutenção de uma taxa de crescimento tão elevada até ao final do ano.

**6** Alicerçada no contributo da despesa corrente primária, a despesa efectiva do Estado apresentou uma diminuição de 3,8% face ao período homólogo de 2010, o que representaria aparentemente uma margem de 1,1 p.p. face à taxa de variação implícita no OE/2011 (uma redução de 2,7%), mas ficando na verdade 0,9 p.p. aquém do objectivo corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície (redução de 4,7%). Assinale-se que a redução da despesa corrente primária (-6,8%) se encontra 0,2 p.p. abaixo do objectivo implícito no OE/2011 (-7%), conclusão que é corroborada pelo seu grau de execução, o qual se encontra 0,9 p.p. acima do padrão médio intra-anual dos últimos 4 anos.

**7** O subsector da segurança social apresentou um excedente inferior ao registado em períodos homólogos. Inclusivamente, caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido ao ritmo implícito no OE/2011 (0,9% e 1,1%, respectivamente) o excedente deste subsector teria sido superior ao efectivamente observado. Este desempenho negativo deve-se ao comportamento desfavorável da receita, uma vez que a despesa até se reduziu, embora marginalmente, face a 2010.

**8** Os encargos assumidos e não pagos diminuíram em Agosto face ao mês anterior. A redução deveu-se à administração central e à administração local, uma vez que a administração regional se encontra influenciada pelas dívidas da Região Autónoma da Madeira e do sector empresarial regional. Em Agosto também se verificou um novo aumento das dívidas por pagar há mais de 90 dias, tendo os hospitais EPE contribuído decisivamente para este resultado.

## Índice

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>1</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	<b>2</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>2</b>
<b>I APRECIÇÃO GLOBAL</b> .....	<b>3</b>
<b>II ESTADO</b> .....	<b>7</b>
II.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ESTADO FACE AO PREVISTO NO OE/2011 .....	7
II.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ESTADO FACE À NOVA ESTIMATIVA PARA 2011 .....	12
<b>III SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS</b> .....	<b>14</b>
<b>IV SEGURANÇA SOCIAL</b> .....	<b>17</b>
<b>V DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E OUTRAS ENTIDADES</b> .....	<b>19</b>
<b>VI ANEXO ESTATÍSTICO</b> .....	<b>22</b>

## Índice de tabelas

Tabela 1 – Saldo global por subsectores - administração central e segurança social.....	3
Tabela 2 – Défice da administração central e segurança social: diferencial entre ópticas contabilísticas (M€, em termos acumulados) .....	5
Tabela 3 – Alteração dos objectivos para o défice das administrações públicas em 2011 nas duas ópticas contabilísticas (em M€) .....	6
Tabela 4 – Execução orçamental do Estado - Janeiro a Setembro de 2011.....	7
Tabela 5 – Desvio face ao padrão médio de execução orçamental (em p.p.) .....	10
Tabela 6 – Desempenho da execução orçamental do Estado.....	12
Tabela 7 – Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos e ajustamentos considerados .....	14
Tabela 8 – Execução orçamental da segurança social: Janeiro a Setembro de 2011.....	17
Tabela 9 – Encargos assumidos e não pagos a entidades fora das administrações públicas (Stock) - 2011 .....	20
Tabela 10 – Pagamentos em atraso 2011 (Dívidas por pagar há mais de 90 dias).....	20
Tabela 11 – Execução Orçamental do Estado, por classificação económica – Janeiro a Setembro de 2011 .....	22
Tabela 12 – Despesa do Estado, por classificação funcional, Janeiro a Setembro de 2011.....	23
Tabela 13 – Execução Orçamental dos serviços e fundos autónomos, Janeiro a Setembro de 2011.....	24
Tabela 14 – Execução Orçamental da segurança social, Janeiro a Setembro de 2011.....	25

## Índice de gráficos

Gráfico 1 - Saldo global da administração central e segurança social em 2011 (M€, em termos acumulados) .....	4
Gráfico 2 - Variação homóloga acumulada do saldo da administração central e segurança social em 2011, por subsectores (M€, em termos acumulados) .....	4
Gráfico 3 - Evolução trimestral do saldo global em 2011, por subsectores .....	4
Gráfico 4 - Principais contributos para a variação homóloga da receita efectiva do Estado (em pontos percentuais).....	8
Gráfico 5 - Evolução da receita fiscal (taxa de variação homóloga acumulada) .....	8
Gráfico 6 - Principais contributos para a variação homóloga da despesa efectiva do Estado (em p.p.).....	9
Gráfico 7 - Evolução da despesa corrente primária (taxa de variação homóloga acumulada).....	9
Gráfico 8 – Evolução do saldo global dos serviços e fundos autónomos (em M€) .....	15
Gráfico 9 - Variação do saldo global (em M€) e contributos para a Tvha da receita e da despesa (em p.p.) dos serviços e fundos autónomos em 2011.....	15
Gráfico 10 – Evolução do saldo da segurança social (M€).....	17
Gráfico 11 – Evolução da receita corrente da segurança social (tvha) .....	18
Gráfico 12 – Evolução da despesa corrente da segurança social (tvha).....	18
Gráfico 10 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental do Estado - Receita.....	26
Gráfico 11 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental do Estado - Despesa.....	27
Gráfico 12 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental da segurança social .....	28

# I Apreciação Global

**1 O défice da administração central e segurança social registou a maior diminuição homóloga do ano**, variação que continua a beneficiar da antecipação de receita através de uma operação de cessão de créditos pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) à Caixa Leasing e Factoring. No 3.º trimestre de 2011, o défice para o conjunto da administração central e da segurança social ascendeu a 4600 M€ em termos acumulados, melhorando 2800 M€ face ao período homólogo de 2010. Porém, essa melhoria seria inferior em 450 M€, caso se excluísse, em 2011, o impacte líquido da operação de cessão de créditos efectuada no âmbito da transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a CGA.<sup>1</sup>

**Tabela 1 – Saldo global por subsectores - administração central e segurança social**  
(Janeiro a Setembro de 2011)

Subsector		2010	2011	Var. Homóloga		Por memória Taxa cresc. OE/2011 %
		Milhões de euros		M€	%	
<b>Administração Central</b>						
Estado	Receita efectiva	26 532,2	27 896,7	1 364,5	5,1	6,0
	Despesa efectiva	35 837,4	34 458,2	-1 379,2	-3,8	-2,7
	Saldo global	-9 305,2	-6 561,5	2 743,7	:	:
SFA	Receita efectiva	17 486,6	17 587,2	100,6	0,6	-6,9
	Despesa efectiva	16 469,7	16 429,7	-40,0	-0,2	-3,0
	Saldo global	1 016,9	1 157,5	140,6	:	:
<b>Saldo da Administração Central</b>		<b>-8 288,3</b>	<b>-5 404,0</b>	<b>2 884,2</b>	<b>:</b>	<b>:</b>
<b>Segurança Social</b>						
Segurança Social	Receita efectiva	17 728,3	17 635,3	-93,0	-0,5	0,9
	Despesa efectiva	16 840,0	16 831,6	-8,3	0,0	1,1
	Saldo global	888,3	803,7	-84,6	:	:
<b>Saldo global da Adm. Central + Seg. Social</b>		<b>-7 400,0</b>	<b>-4 600,4</b>	<b>2 799,6</b>	<b>:</b>	<b>:</b>
<b>Saldo A. Central + S. Social Ajustado Fundo PT</b>		<b>-7 400,0</b>	<b>-5 050,4</b>	<b>2 349,6</b>	<b>:</b>	<b>:</b>

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

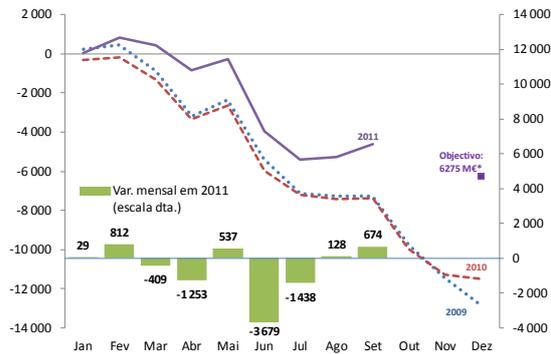
Notas: A despesa efectiva dos serviços e fundos autónomos em 2010 encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal de alguns estabelecimentos de saúde, num montante não especificado pela DGO. O ajustamento relativo à transferência do Fundo de Pensões da PT Comunicações foi de 450 M€ em termos líquidos. | Não se inclui a execução orçamental da administração local e regional porque os últimos dados disponíveis reportam-se a Junho e Agosto, respectivamente.

**2 Em termos ajustados da transferência dos fundos de pensões da PT, a melhoria homóloga acumulada até Setembro do saldo da administração central e segurança social ficou a dever-se apenas à melhoria registada no subsector Estado.** Em termos homólogos acumulados, a redução do défice da administração central e segurança social acentuou-se em Setembro. Essa intensificação deveu-se ao facto do défice do subsector Estado ter registado a maior diminuição homóloga do ano (2744 M€) – ver Gráfico 2.

**3 No mês de Setembro, o saldo da administração central e segurança social atingiu um excedente orçamental.** Esse excedente mensal, na ordem dos 674 M€ (o maior registado desde Fevereiro), permitiu dar continuidade à inflexão da trajectória de agravamento do défice orçamental iniciada no mês anterior (ver Gráfico 1).

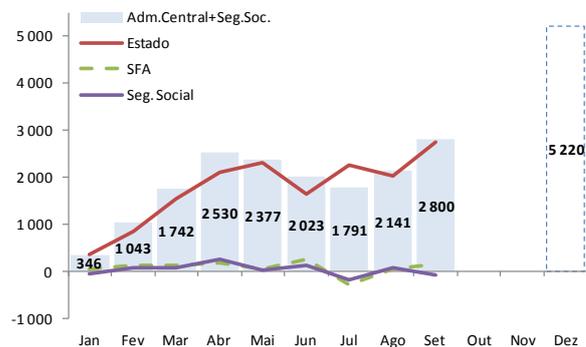
<sup>1</sup> Em 2010, a transferência desses fundos de pensões ocorreu apenas no mês de Dezembro, pelo que o respectivo efeito não é ainda visível.

**Gráfico 1 - Saldo global da administração central e segurança social em 2011 (M€, em termos acumulados)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. Nota: \* Corresponde à estimativa para 2011 constante do relatório da proposta do OE/2012 (que reviu o défice de 9173,1 M€ previsto no OE/2011).

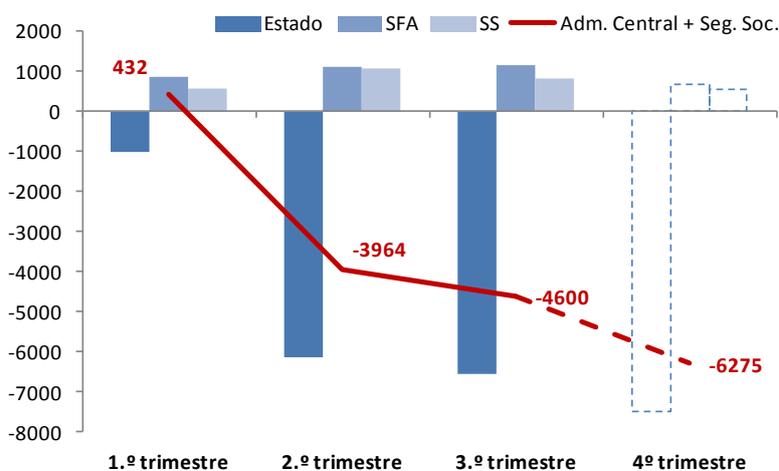
**Gráfico 2 - Variação homóloga acumulada do saldo da administração central e segurança social em 2011, por subsectores (M€, em termos acumulados)**



Fonte: DGO. Cálculo da UTAO. Nota: A linha a tracejado corresponde à variação homóloga do saldo em 2011, prevista no relatório da proposta do OE/2012, face à CGE/2010 (a variação implícita ao OE/2011 era de 2321 M€).

**4 O cumprimento da meta para 2011, definida no relatório do OE/2012, estará fortemente dependente da concretização de medidas temporárias e *one-offs* no último trimestre do ano.** Na óptica da contabilidade pública, o objectivo para o défice da administração central e segurança social para 2011 foi actualizado para 6275 M€ (3,7% do PIB) no âmbito do relatório da proposta do OE/2012. Deste modo, o défice atingido até ao momento (4600 M€) não poderá sofrer uma deterioração superior a 1675 M€ no último trimestre do corrente ano (ver Gráfico 3), período em que habitualmente o défice aumenta significativamente, nomeadamente devido a uma maior concentração de despesas com pessoal e de despesas de investimento. Refira-se, porém, que até ao final do ano prevê-se um efeito significativo decorrente de medidas temporárias e *one-offs*, com destaque para a receita proveniente da transferência dos fundos de pensões do sector bancário e para a introdução de uma sobretaxa extraordinária em sede de IRS.

**Gráfico 3 - Evolução trimestral do saldo global em 2011, por subsectores (M€, em termos acumulados)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. | Notas: i) As linhas a tracejado correspondem aos saldos previstos para 2011, no âmbito do relatório da proposta do OE/2012. ii) O gráfico não inclui a execução orçamental da administração local e regional porque os últimos dados disponíveis reportam-se a Junho e Agosto, respectivamente.

**5 Não é possível aferir o cumprimento do limite trimestral definido no Programa de Assistência Financeira (PAF).** O défice da administração central e segurança social atingido no final do 3.º trimestre de 2011, na óptica da contabilidade pública (4,6 mil M€), não é directamente comparável com o limite trimestral acordado no âmbito do PAF (revisto para 5,1 mil M€, na sequência da primeira avaliação por parte da UE e do FMI). Esta impossibilidade deve-se ao facto do valor do défice apurado para os primeiros nove meses não incluir a informação relativa às empresas públicas reclassificadas, na óptica da contabilidade pública, nem a execução orçamental da administração regional e local no 3.º trimestre, a divulgar pela DGO na Síntese da Execução Orçamental de Novembro.

**6 Na óptica da contabilidade nacional, a margem para uma eventual deterioração do saldo da administração central e da segurança social no último trimestre do ano será extremamente limitada (sem medidas temporárias e one-offs), caso se registre o diferencial entre as duas ópticas contabilísticas semelhante ao verificado no 3.º trimestre dos dois últimos anos.** No final do 3.º trimestre de 2009 e 2010, o conjunto da administração central e segurança social registou um défice na óptica da contabilidade nacional superior ao défice em contabilidade pública em 3275 e 4204 M€, respectivamente. De notar que, caso esse diferencial volte a ocorrer no 3.º trimestre de 2011, por mera regularidade estatística, a margem para uma eventual deterioração do saldo global no último trimestre do corrente ano será extremamente limitada, tendo em conta a estimativa para o défice daqueles subsectores para o ano de 2011, na óptica da contabilidade nacional, incluída no relatório da proposta do OE/2012 (9138 M€<sup>2</sup>).

**Tabela 2 – Défice da administração central e segurança social: diferencial entre ópticas contabilísticas**  
(M€, em termos acumulados)

Óptica contabilística	2009			2010			2011		
	III T	IV T	Var	III T	IV T	Var	III T	IV T	Var
Contabilidade Pública	7 277	12 850	5 573	7 414	11 335	3 921	4 600	6 275	1 675
Contabilidade Nacional	10 552	15 848	5 296	11 618	15 475	3 858		9 160	
<b>Diferencial</b>	<b>3 275</b>	<b>3 423</b>	<b>147</b>	<b>4 204</b>	<b>4 443</b>	<b>239</b>		<b>2 885</b>	

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas: i) Os espaços em branco prendem-se com o facto de ainda não ter sido apurado o valor do défice do 3.º trimestre em contabilidade nacional, o qual será divulgado pelo INE no próximo dia 30 de Dezembro. ii) Os valores relativos ao IV trimestre de 2011 correspondem ao défice da administração central e segurança social, previsto no relatório da proposta do OE/2012. iii) Não se inclui a administração local e regional porque os últimos dados disponíveis reportam-se a Junho e Agosto, respectivamente.

<sup>2</sup> Para o conjunto das administrações públicas o défice estimado para o corrente ano é de 10020,2 M€, de acordo com a previsão incluída no relatório da proposta do OE/2012.

### Caixa 1 – Actualização da estimativa da execução das administrações públicas em 2011

No âmbito do relatório da proposta do OE/2012, o executivo procedeu a uma actualização da estimativa do défice das administrações públicas em 2011, segundo a qual o objectivo para o défice na óptica da contabilidade pública passou a ser inferior ao definido inicialmente, tendo sucedido o inverso relativamente à meta a alcançar em contabilidade nacional.

Com efeito, na sequência dessa actualização, o objectivo para o défice em contabilidade pública passou a ser inferior em 1,5 p.p. face à meta definida no OE/2011 (5,3%), enquanto o défice em contabilidade nacional deverá situar-se 1,3 p.p. acima do previsto inicialmente (4,6%). Esta inversão é justificada sobretudo por alterações significativas em duas componentes de ajustamento na passagem da óptica de contabilidade pública para contabilidade nacional: o efeito do registo segundo a especialização do exercício e a diferença de universo. Na primeira componente de ajustamento inclui-se a regularização de responsabilidades relativa ao material militar de sub-superfície, a qual se encontrava prevista apenas para 2011, e o ajustamento caixa-compromissos do SNS, entre outras. A reclassificação das empresas públicas de transportes para o perímetro das administrações públicas explica na quase totalidade o agravamento do nível das diferenças de universo, subjacente à estimativa 2011 que consta do relatório do OE/2012.

**Tabela 3 – Alteração dos objectivos para o défice das administrações públicas em 2011 nas duas ópticas contabilísticas (em M€)**

	OE/2011	E 2011 (OE/2012)	Var.
	Out-10	Out-11	
<b>Saldo em Contabilidade Pública</b>	<b>-9 242,0</b>	<b>-6 419,1</b>	<b>2 822,9</b>
(em percentagem do PIB)	-5,3%	-3,7%	1,5
Efeito do registo seg. a especialização do exercício	1 993,4	-746,3	-2 739,7
Ajustamento de diferença de universo	-1 056,8	-2 324,3	-1 267,5
Princípio da neutralidade dos Fundos Comunitários	22,4	-13,7	-36,1
Outras	236,8	-516,8	-753,6
<b>Saldo em Contabilidade Nacional</b>	<b>-8 046,3</b>	<b>-10 020,2</b>	<b>-1 974,0</b>
(em percentagem do PIB)	-4,6%	-5,9%	-1,3

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: Os valores da coluna "E 2011 (OE/2012)" correspondem à estimativa para 2011, prevista no relatório da proposta do OE/2012.

**7 A análise da execução orçamental continua a estar dificultada por alguns factores que influenciam as comparações homólogas referentes à receita e à despesa:** i) a inscrição no OE/2011 de uma dotação de 1000 M€, no âmbito do subsector Estado, para aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010; ii) a ausência de informação completa referente às despesas com pessoal de alguns serviços e fundos autónomos em 2010; iii) a antecipação da receita relativa à transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), através de uma operação de cessão de créditos.

# II Estado

## II.1 Execução orçamental do Estado face ao previsto no OE/2011

**8 O saldo global do Estado atingiu um défice provisório de 6562 M€, melhorando 2744 M€ face ao período homólogo do ano anterior.** Nos primeiros nove meses de 2011, o saldo global do Estado ascendeu a 6561,5 M€, o que representa uma melhoria de 2743,7 M€ face a igual período de 2010 – ver Tabela 2 e Tabela 11. Esta melhoria teria sido superior em 512,4 M€, caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido, de forma linear, ao ritmo implícito no OE/2011 para o conjunto do ano (6% no caso da receita e -4,7% no caso da despesa corrigida da dotação relativa ao material militar de sub-superfície).

**Tabela 4 – Execução orçamental do Estado - Janeiro a Setembro de 2011**

	2010		2011		2010-2011			Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)
	M€	Taxa de execução (%)	M€	Taxa de execução (%)	Variação M€	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
<b>Receita Efectiva</b>	<b>26 532,2</b>	<b>72,8</b>	<b>27 896,7</b>	<b>71,9</b>	<b>1 364,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>	<b>6,0</b>
<i>da qual: receita fiscal</i>	23 757,1	76,6	25 032,8	74,7	1 275,7	5,4	4,8	3,8
- <i>Impostos directos</i>	9 726,0	73,1	10 374,5	75,3	648,5	6,7	2,4	1,5
- <i>Impostos indirectos</i>	14 031,1	79,2	14 658,3	74,3	627,2	4,5	2,4	5,4
<b>Despesa Efectiva</b>	<b>35 837,4</b>	<b>68,5</b>	<b>34 458,2</b>	<b>70,8</b>	<b>-1 379,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,7</b>
- Despesa corrente primária	30 087,9	71,1	28 049,1	71,6	-2 038,8	-6,8	-5,7	-7,0
- Juros e outros encargos	3 694,3	67,1	4 164,6	66,1	470,3	12,7	1,3	26,7
- Despesa de capital	2 055,2	45,7	2 244,6	69,7	189,4	9,2	0,5	5,3
<b>Saldo Global</b>	<b>-9 305,2</b>		<b>-6 561,5</b>		<b>2 743,7</b>			
<b>Saldo Primário</b>	<b>-5 610,9</b>		<b>-2 397,0</b>		<b>3 213,9</b>			
<b>Ajustamento na despesa:</b>								
<b>A. Objectivos OE/2011, excluindo a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície *</b>								
Despesa de Capital	2 055,2	45,7	2 244,6	69,7	189,4	9,2	0,5	-19,8
Despesa Efectiva	35 837,4	68,5	34 458,2	70,8	-1 379,2	-3,8	-3,8	-4,7

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: \* A taxa de crescimento do OE/2011 ajustada exclui a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície, cujo pagamento acabou por ocorrer ainda em 2010. As taxas de crescimento implícitas ao OE/2011 foram calculadas tendo por referência os dados da Conta Geral do Estado de 2010.

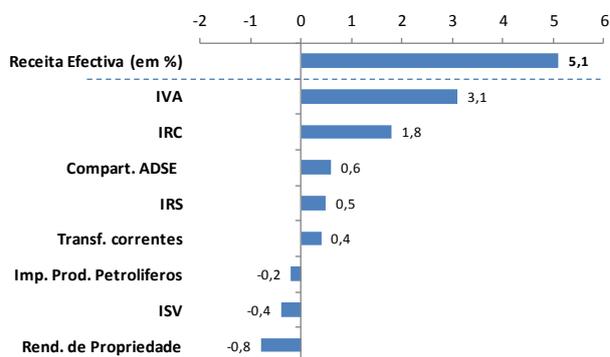
n.c. – não comparável.

**9 A receita efectiva encontra-se a crescer abaixo do ritmo implícito no OE/2011, devido ao comportamento da receita de capital e da receita corrente não fiscal.** A receita efectiva registou um crescimento de 5,1% em termos homólogos, ficando 0,9 p.p. abaixo do ritmo implícito no OE/2011 (6%). Este crescimento encontra-se sustentado na receita fiscal – a qual cresceu 5,4 em termos homólogos, encontrando-se 1,6 p.p. acima do crescimento implícito do OE/2011 (3,8%) – uma vez que quer a receita de capital, quer a receita corrente não fiscal se encontram aquém do crescimento implícito para estas componentes no OE/2011 – ver Tabela 11 e Gráfico 5.<sup>3</sup> O grau de execução da receita efectiva atingiu 71,9% do montante inscrito no OE/2011, encontrando-se 0,9 p.p. abaixo do grau de execução registado em idêntico período de 2010.

<sup>3</sup> No Parecer Técnico da UTAO n.º 10/2010, esta unidade técnica apresentou, entre outras, algumas reservas quanto ao cumprimento dos objectivos inscritos no Orçamento do Estado para 2011 para a receita não fiscal tendo, quer as anteriores análises de execução da UTAO referido a existência de desvios na cobrança para este agregado de receita, quer o Ministério das Finanças revelado, através da actual estimativa para 2011 inscrita na Proposta do OE/2012, a dificuldade da obtenção de uma tão elevada receita não fiscal para 2011.

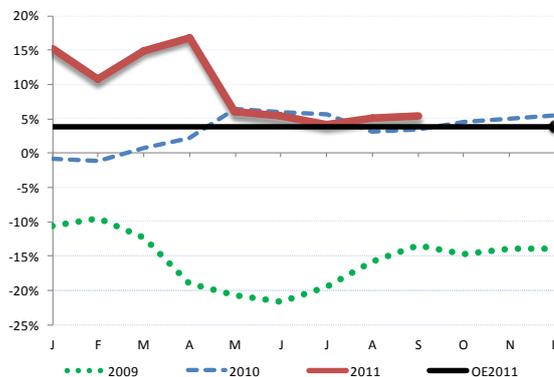
**Gráfico 4 - Principais contributos para a variação homóloga da receita efectiva do Estado**

(em pontos percentuais)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO (ver Tabela 11).

**Gráfico 5 - Evolução da receita fiscal**  
(taxa de variação homóloga acumulada)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**10 Ao nível da receita fiscal, a aceleração na cobrança líquida dos impostos directos, a qual reflecte exclusivamente a evolução do IRC, mais que compensou a desaceleração registada na cobrança líquida dos impostos indirectos.** A desaceleração registada no crescimento da cobrança dos impostos indirectos face ao mês anterior, a qual não será alheia à contracção que se tem verificado no consumo privado, foi mais que compensada pelo acréscimo da cobrança dos impostos directos, em particular, ao nível do IRC, o que se veio a traduzir numa melhoria da cobrança da receita fiscal (em Agosto, a TVHA foi de 5,1%).<sup>4</sup>

**11 Embora a taxa de crescimento do IVA se encontre, presentemente, em linha com o objectivo implícito no OE/2011, não será expectável a manutenção de uma taxa de crescimento tão elevada até ao final do ano.** Apesar do papel fundamental do IVA para o crescimento da receita efectiva, evidenciado no contributo de 3,1 p.p. para o crescimento de 5,1% na receita efectiva e, no facto, da taxa de crescimento deste imposto presentemente se encontrar em linha com o objectivo implícito no OE/2011 (9,1%), a cobrança deste imposto tem vindo a apresentar uma evidente tendência de desaceleração. Para esta desaceleração da cobrança de IVA contribuíram: i) a deterioração da conjuntura económica, em particular ao nível do consumo privado; ii) a atenuação do efeito de base<sup>5</sup>; iii) o aumento de reembolsos de IVA (15,5%); e, iv) o acréscimo de transferências para as Regiões Autónomas (19,9%). Deste modo, não será expectável a manutenção de uma taxa de crescimento tão elevada até ao final do ano.

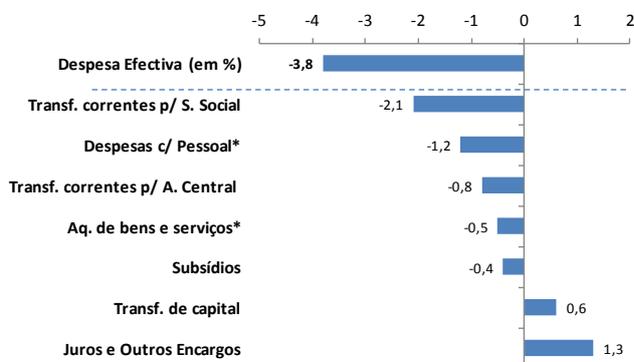
**12 A receita de capital e a receita corrente não fiscal encontram-se abaixo do crescimento implícito no OE/2011.** A receita corrente não fiscal cresceu 12,3%, encontrando-se 9,5 p.p. abaixo do crescimento implícito no OE/2011, o que é explicado, em grande medida, pela quebra, até ao momento, dos dividendos recebidos e de menores participações para a ADSE do que o implícito no OE/2011. De acordo com a Síntese da DGO, essa quebra prendeu-se com a não entrega de dividendos pela Caixa Geral de Depósitos e com a diminuição do contributo do Banco de Portugal. Por seu lado, a receita de capital (que contribuiu negativamente com 0,7 p.p. para o crescimento da receita

<sup>4</sup> O crescimento da cobrança líquida do IRC (13,8%) deveu-se quer a uma melhoria na cobrança bruta deste imposto (4,3%), o que é devido, segundo a DGO, a um aumento das receitas referentes à segunda fase dos pagamentos por conta e a um acréscimo nas retenções na fonte, quer à redução dos montantes de reembolsos (-21,3%) e de transferências da derrama para os municípios (-21,6%), que a DGO atribuiu ao "alargamento do prazo na entrega da declaração de rendimentos Modelo 22".

<sup>5</sup> Assinale-se que a UTAO em anteriores edições referiu que a cobrança de IVA, a partir de Setembro, deixaria de beneficiar de um importante efeito de base, o qual decorreu do aumento em 1 p.p. das taxas de IVA nos termos da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

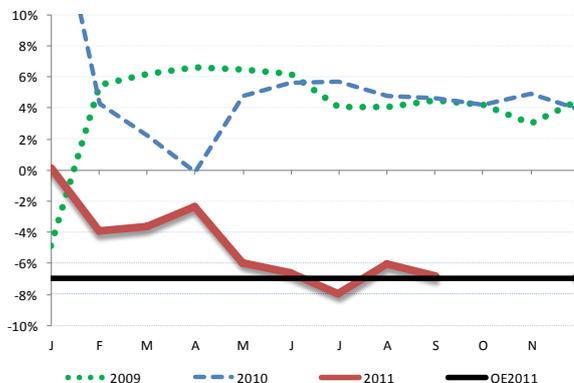
efectiva) é justificada essencialmente pela redução homóloga dos “Saldo da Gerência Anterior” – ver Tabela 11.<sup>6</sup>

**Gráfico 6 - Principais contributos para a variação homóloga da despesa efectiva do Estado (em p.p.)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO (ver Tabela 11). Nota: \* Valores ajustados do novo método de contabilização das despesas com a ADSE, com impacto ao nível das despesas com pessoal na aquisição de bens e serviços.

**Gráfico 7 - Evolução da despesa corrente primária (taxa de variação homóloga acumulada)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**13 A redução na despesa efectiva do Estado encontra-se acima do objectivo implícito no OE/2011, mas aquém do objectivo implícito se corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície.** Nos primeiros nove meses de 2011, a despesa efectiva do Estado registou uma diminuição de 3,8% face ao período homólogo de 2010, o que representa uma redução mais acentuada em 1,1 p.p. do que o objectivo implícito no OE/2011 (-2,7%), mas 0,9 p.p. aquém do objectivo implícito corrigido da dotação respeitante ao material militar de sub-superfície.

**14 A redução homóloga da despesa efectiva do Estado encontra-se alicerçada no contributo da despesa corrente primária, tendo sido atenuada pelo aumento da despesa de capital e dos “juros e outros encargos”.** A despesa corrente primária contribuiu com 5,7 p.p. para a redução da despesa efectiva (3,8%), compensando o aumento da despesa com juros e outros encargos (contributo de 1,3 p.p.) e da despesa de capital (0,5 p.p.)– ver Gráfico 6. No entanto, convém referir que a redução da despesa corrente primária (-6,8%) se encontra 0,2 p.p. abaixo do objectivo implícito no OE/2011 (-7%) – ver Gráfico 6 - Principais contributos para a variação homóloga da despesa efectiva do Estado (em p.p.).

**15 Os maiores contributos para a redução da despesa corrente primária resultaram do efeito de menores transferências correntes e da redução das despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços.** Neste âmbito, convém assinalar o decréscimo das transferências correntes para outros subsectores das administrações públicas<sup>7</sup>, das despesas com o pessoal<sup>8</sup> e dos encargos com a aquisição de bens e serviços (estas duas últimas rubricas, ajustadas do efeito da nova forma de contabilização da ADSE), com contributos de 3,8, 1,2 e 0,5 p.p., respectivamente, para a redução da despesa efectiva do Estado. No entanto, assinala-se que a variação homóloga não ajustada das despesas com pessoal (-10,5%) encontra-se aquém do objectivo implícito no OE/2011 (-15,5%).

<sup>6</sup> De acordo com a Síntese da Execução Orçamental da DGO, de Agosto de 2011, a diminuição que se verifica nos “Saldo da Gerência Anterior” deve-se, basicamente, à “mudança de metodologia na contabilização da transição dos saldos de receitas consignadas dos serviços integrados...”.

<sup>7</sup> Nomeadamente, no âmbito das transferências correntes para a administração central, para os serviços e fundos autónomos (-2,6%), e as Transferências para a segurança social (-13%), no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social.

<sup>8</sup> Numa base comparável, a diminuição da despesa com pessoal deveu-se à redução quer das remunerações certas e permanentes (contributo de -1,1 p.p. para a redução da despesa efectiva), quer dos abonos variáveis ou eventuais (-0,2 p.p.), que mais que compensou o aumento das despesas com a segurança social (+0,2 p.p.) – ver Tabela 11.

**16 A despesa com remunerações certas e permanentes do Ministério da Administração Interna aumentou em termos homólogos.** Apesar desde subagrupamento ter registado uma diminuição em termos globais, assinala-se que as remunerações certas e permanentes<sup>9</sup> do Ministério da Administração Interna aumentaram 0,1%.

**17 O acréscimo na despesa de capital deveu-se essencialmente ao aumento de transferências de capital, por dois efeitos de sinal contrário.** A despesa de capital registou um crescimento homólogo de 9,2%, situando-se bastante acima do objectivo implícito ajustado da já referida dotação de 1000 M€ para aquisição de material militar de sub-superfície (-19,8%), o qual se deve essencialmente ao aumento de transferências de capital. Segundo o Boletim da DGO, este acréscimo deveu-se ao efeito *"da regularização de responsabilidades do Estado a concessionárias de infra-estruturas rodoviárias ocorrida em Junho, contrariado parcialmente pelo efeito de base de 2010 associado à transferência de capital para o IAPMEI, associada ao reforço das linhas PME INVEST e à criação de outros instrumentos"*.

**18 A execução da despesa com juros e outros encargos encontra-se abaixo do crescimento implícito no OE/2011.** Os juros e outros encargos aumentaram 12,7% em termos homólogos, uma variação inferior à prevista no OE/2011 (26,7%). Com efeito, o grau de execução deste agrupamento encontra-se 11 p.p. abaixo do respectivo padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos – ver Tabela 3. Para efeitos de comparabilidade, refira-se que, se os juros e outros encargos tivessem sido pagos de forma uniforme (em 2010 e 2011), a despesa efectiva ter-se-ia reduzido apenas 2,4% (em vez de 3,8%).

**Tabela 5 – Desvio face ao padrão médio de execução orçamental (em p.p.)**

	Jan.11	Fev.11	Mar.11	Abr.11	Mai.11	Jun.11	Jul.11	Ago.11	Set.11
<b>Despesa Efectiva</b>	0,4	-0,3	-0,9	-1,4	-2,1	1,3	0,2	1,0	0,5
<b>1. Despesa Corrente Primária</b>	1,0	0,7	0,5	0,8	1,3	1,3	0,4	1,4	0,9
Despesa Pessoal	1,2	1,2	1,3	2,2	3,0	4,3	3,4	3,9	4,0
Remun. Certas e Permanentes	0,6	0,8	0,9	1,4	2,1	1,9	2,1	2,4	2,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,6	0,5	-0,1	0,1	-1,1	-1,1	0,6	-0,6	-0,3
Segurança Social	4,7	4,5	4,5	6,9	8,7	13,2	10,0	11,9	11,9
Aq. Bens e Serviços	0,8	2,4	4,2	5,2	6,1	6,9	5,2	5,9	5,6
Trf. Correntes	0,9	0,2	0,3	-0,1	0,7	0,6	0,4	1,7	1,1
Subsídios	0,3	0,7	0,4	1,8	-1,4	-1,0	-16,4	-18,1	-20,9
Outra desp. Corrente	-1,0	-2,1	-8,9	-10,6	-16,6	-19,0	-20,5	-22,2	-23,2
<b>2. Despesa de Capital</b>	-1,3	-2,8	-4,3	-6,2	-7,4	17,0	14,4	15,2	13,2
<b>3. Juros</b>	-1,6	-3,1	-5,5	-10,1	-18,7	-10,0	-11,2	-10,7	-11,1

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: O padrão médio de execução representa a média aritmética simples dos graus de execução dos 4 anos anteriores, tal como apurados pela DGO. Um desvio negativo significa que o grau de execução apurado encontra-se abaixo daquele referencial médio. Um desvio positivo significa o oposto.

**19 O grau de execução da despesa efectiva foi superior (em 0,5 p.p.) ao padrão médio de execução orçamental nos últimos 4 anos, o qual evidencia riscos no cumprimento dos objectivos implícitos no OE/2011.** Se, por um lado, o grau de execução da despesa corrente primária continuou a situar-se acima do referido padrão (sobretudo por via das despesas com pessoal e com a aquisição de bens e serviços), por outro, a despesa de capital apresentou um desvio de 13,1 p.p., que resulta da referida regularização de responsabilidades de anos anteriores e da anulação da dotação de 1000 M€ destinada à aquisição de material militar de sub-superfície, por contrapartida do reforço de despesa não efectiva.

<sup>9</sup> O aumento de 18,6% registado na Presidência do Conselho de Ministros decorre da realização dos Censos 2011.

**20 Os empréstimos de curto prazo do Estado às empresas públicas reduziram-se 903 M€ face ao verificado até ao final do 1.º semestre.** Em termos de despesa não efectiva, a concessão de empréstimos de curto prazo a entidades públicas ascendeu a 1649 M€ até Setembro, dos quais 373 M€ no 3.º trimestre destinados nomeadamente ao reforço de outros empréstimos já concedidos este ano à REFER, ao Metropolitano de Lisboa e ao Metro do Porto. Neste trimestre, a execução orçamental relativa apenas ao mês de Setembro veio interromper a série de seis meses consecutivos, em que o Estado através da Direcção Geral de Tesouro e Finanças apoiou financeiramente as empresas públicas. De acordo com informação prestada pelo Secretário de Estado do Orçamento, na reunião da COFAP realizada no passado dia 30 de Setembro, os apoios à tesouraria de empresas públicas que se encontram fora do perímetro de consolidação em contabilidade nacional serão revertidos até ao final do ano, pelo que não será de esperar um impacto no défice e dívida públicas.

**21 No contexto de substituição já anunciada de créditos tradicionais do sector bancário pelo Estado, o valor dos empréstimos a empresas públicas até final do ano será bastante superior ao já realizado até Setembro.** No âmbito da proposta de 2ª alteração à Lei do OE/2011, encontra-se previsto um aumento de cerca de 8200 M€ do valor empréstimos financeiros a entidades públicas, destacando-se, entre outros, o montante de 3300 M€ para as empresas Estradas de Portugal, Metropolitano de Lisboa e Metro de Porto e de 3000 M€ destinados às sociedades veículos da reestruturação financeira do BPN.

## II.2 Execução orçamental do Estado face à nova estimativa para 2011

O relatório da proposta do OE/2012 procedeu à actualização, na óptica da contabilidade pública, da estimativa para o défice público de 2011, compatível com o novo objectivo em contabilidade nacional. Esta nova estimativa, para além de incorporar o efeito na receita de uma operação extraordinária relativa à transferência dos fundos de pensões do sector bancário, inclui igualmente as alterações introduzidas no âmbito da recente proposta de alteração à lei do OE/2011. O quadro abaixo (Tabela 6) compara o ritmo da execução orçamental do subsector Estado até Setembro com as taxas implícitas no relatório do OE/2011 e na nova estimativa para 2011.

**Tabela 6 – Desempenho da execução orçamental do Estado**

	2010 (M€)	2011 (M€)		Var. 2011 (%)			Diferença (em p.p.) da Exec. Orc Jan-Set de 2011 face a:	
	CGE	OEI*	OE/2012	OEI	OE/2012	Jan-Set (Tvha)	OEI	OE/2012
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>35 447,4</b>	<b>37 369,2</b>	<b>38 034,8</b>	<b>5,4</b>	<b>7,3</b>	<b>5,9</b>	<b>0,5</b>	<b>-1,4</b>
Impostos directos	13 569,2	13 773,2	14 831,3	1,5	9,3	6,7	5,2	-2,6
Impostos indirectos	18 720,6	19 732,8	19 327,5	5,4	3,2	4,5	-0,9	1,2
Contribuições de Segurança Social	234,0	585,1	585,1	150,1	150,1	99,3	-50,8	-50,7
Outras receitas correntes	2 923,7	3 278,1	3 290,9	12,1	12,6	4,9	-7,3	-7,7
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>46 559,1</b>	<b>45 011,1</b>	<b>46 276,2</b>	<b>-3,3</b>	<b>-0,6</b>	<b>-4,7</b>	<b>-1,4</b>	<b>-4,1</b>
Consumo público	13 163,8	12 357,4	13 058,9	-6,1	-0,8	-5,5	0,6	-4,7
Despesas com o pessoal	11 383,3	9 616,7	10 485,3	-15,5	-7,9	-10,5	5,1	-2,6
Aqui. de bens e serviços e outras desp. corr.	1 780,5	2 740,7	2 573,6	53,9	44,5	30,4	-23,5	-14,1
Subsídios	698,8	622,7	614,9	-10,9	-12,0	-49,5	-38,6	-37,5
Juros e outros encargos	4 971,7	6 300,5	6 372,7	26,7	28,2	12,7	-14,0	-15,5
Transferências correntes	27 724,8	25 730,4	26 229,7	-7,2	-5,4	-6,8	0,4	-1,4
<b>SALDO CORRENTE</b>	<b>-11 111,8</b>	<b>-7 641,9</b>	<b>-8 241,5</b>					
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>824,9</b>	<b>1 089,6</b>	<b>4 067,8</b>	<b>32,1</b>	<b>393,1</b>	<b>-40,2</b>	<b>-72,3</b>	<b>-433,3</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3 991,5</b>	<b>3 201,6</b>	<b>3 331,3</b>	<b>-19,8</b>	<b>-16,5</b>	<b>9,2</b>	<b>29,0</b>	<b>25,7</b>
Investimentos	1 505,7	648,5	585,1	-56,9	-61,1	-8,4	48,5	52,7
Transferências de capital	2 469,2	2 486,8	2 729,0	0,7	10,5	12,2	11,5	1,7
Outras despesas de capital	16,6	66,3	17,2	299,3	3,4	-22,6	-321,9	-26,0
<b>RECEITA EFECTIVA</b>	<b>36 272,3</b>	<b>38 458,8</b>	<b>42 102,6</b>	<b>6,0</b>	<b>16,1</b>	<b>5,1</b>	<b>-0,9</b>	<b>-11,0</b>
<b>DESPESA EFECTIVA</b>	<b>50 550,6</b>	<b>48 212,7</b>	<b>49 607,5</b>	<b>-4,6</b>	<b>-1,9</b>	<b>-3,9</b>	<b>0,7</b>	<b>-2,0</b>
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>(em M€) -14 278,3</b>	<b>-9 753,9</b>	<b>-7 504,9</b>					
	<b>(em % do PIB) -8,3</b>	<b>-5,7</b>	<b>-4,4</b>					
<b>DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA</b>	<b>41 587,4</b>	<b>38 710,6</b>	<b>39 903,5</b>	<b>-6,9</b>	<b>-4,0</b>	<b>-6,8</b>	<b>0,1</b>	<b>-2,8</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA</b>	<b>45 578,9</b>	<b>41 912,2</b>	<b>43 234,8</b>	<b>-8,0</b>	<b>-5,1</b>	<b>-5,8</b>	<b>2,2</b>	<b>-0,7</b>
<b>SALDO PRIMÁRIO</b>	<b>-9 306,6</b>	<b>-3 453,4</b>	<b>-1 132,2</b>					

Fonte: DGO; Notas: \* Excluí a despesa com material militar de sub-superfície, já suportada em 2010.

OE/2012: Estimativa para 2011 constante no Orçamento de Estado para 2012; OEI: Orçamento de Estado Inicial para 2011; Tvha: Taxa de variação homóloga acumulada.

**22 O cumprimento do novo objectivo para o défice orçamental do Estado em 2011 depende em grande medida da concretização plena da receita decorrente da transferência dos fundos de pensões do sector bancário para o Estado.** O novo objectivo para o défice do Estado em 2011, em contabilidade pública (compatível com o défice de 5,9% do PIB em contas nacionais), é de 7505 M€ (-4,4% do PIB), o que representa uma redução de 2249 M€ face ao previsto no OE/2011. Este objectivo mais exigente tem implícita uma revisão em alta da receita de capital (mais 2978 M€), que incorpora a transferência dos fundos de pensões do sector bancário para o Estado. O facto desta operação vir a ocorrer apenas em Dezembro prejudica a comparação da execução orçamental da receita com a nova estimativa para 2011. Contudo, excluindo o efeito desta operação e das medidas extraordinárias de receita fiscal (sobretaxa de IRS e antecipação do aumento do IVA sobre electricidade e gás) com efeitos no último trimestre deste ano, a variação anual implícita à nova estimativa para 2011 é de 5,7%,

menos 0,3 p.p. que o previsto no OE/2011<sup>10</sup>. Neste contexto, a execução orçamental da receita efectiva até Setembro encontrar-se-ia ainda 0,6 p.p. abaixo deste objectivo anual.

**23 A nova estimativa para 2011 traduz um aumento de 666 M€ da receita corrente do Estado face ao inicialmente previsto.** A receita corrente acumulada até Setembro encontra-se a evoluir 0,5 p.p. acima do ritmo implícito no OE/2011, mas 1,4 p.p. abaixo do crescimento subjacente à nova estimativa. A execução da receita de impostos directos compara favoravelmente com o objectivo inicial (diferença de 5,2 p.p.) mas desfavoravelmente com a nova estimativa (-2,6 p.p.). Relativamente aos impostos indirectos, o efeito é oposto: a cobrança de impostos indirectos até Setembro ficou 0,9 p.p. aquém do ritmo implícito no OE inicial mas 1,2 p.p. acima do crescimento implícito na nova estimativa, na sequência de uma revisão em baixa.

**24 A nova estimativa é menos exigente para o objectivo de redução da despesa do que o previsto no OE/2011,** sobretudo devido ao reforço das dotações de despesa proposto em sede da 2.<sup>a</sup> alteração à lei do OE/2011. A despesa corrente primária explica 2,5 p.p. da revisão em alta da despesa (2,9%), sendo os restantes devidos às despesas de capital (0,3 p.p.) e a juros e outros encargos (0,1 p.p.). Saliente-se que o aumento da previsão das despesas de capital decorre do reforço das transferências destinadas a outras sociedades não financeiras, uma vez que a estimativa de despesa com investimento e com "outra despesa de capital" foi revista em baixa. A referida revisão em alta contribui assim para que a execução orçamental da despesa até Setembro se situe 2 p.p. acima do ritmo implícito na nova estimativa.

**25 A falta de cobertura orçamental das despesas com pessoal e as necessidades de financiamento do SNS e da CGA justificam aproximadamente 60% da revisão em baixa do objectivo de redução da despesa corrente primária.** Com efeito, a proposta de 2.<sup>a</sup> alteração à Lei do OE/2011 visou assegurar principalmente o reforço das dotações de despesa previstas para aqueles fins. Tal alteração implicou que em termos de variação homóloga acumulada os resultados de execução orçamental até Setembro se encontrem 2,8 p.p. acima do novo objectivo anual de redução para a despesa corrente primária, o que é explicado sobretudo pelo consumo público e pelas transferências correntes.

---

<sup>10</sup> Tendo por referência o montante das transferências de capital a receber pelo subsector Estado constante no relatório do OE/2011 e na nova estimativa do OE/2012 para 2011, o valor previsto para o encaixe financeiro resultante da transferência do fundo de pensões da banca será da ordem dos 2900 M€. O efeito relativo às medidas extraordinárias de receita fiscal (sobretaxa de IRS e IVA) totalizam 880 M€.

## III Serviços e Fundos Autónomos

**26 Até Setembro de 2011, o saldo global dos serviços e fundos autónomos, ajustado do efeito da operação de cessão de créditos, diminuiu 309 M€ em termos homólogos.**<sup>11</sup> Até ao final do 3.º trimestre de 2011 os serviços e fundos autónomos atingiram um excedente orçamental de 1158 M€. Contudo, ajustado do referido efeito, o saldo situou-se em 708 M€ (menos 309 M€ que no período homólogo do ano anterior). Com efeito, no âmbito da transferência do fundo de pensões da PT para a CGA, o Estado antecipou a compensação financeira devida no ano de 2011 (450 M€), através de uma operação de cessão de créditos, efectuada junto da Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, SA. Posteriormente, de acordo com a DGO, essa operação terá sido objecto de renegociação, sem impacte no saldo, que se traduziu num acréscimo de receita e de despesa de capital de 144,2 M€. (Gráfico 8 e Tabela 7).<sup>12</sup>

**Tabela 7 – Execução orçamental dos serviços e fundos autónomos e ajustamentos considerados**

	Milhões de Euros		Tvha (%)	Contr. p/ Tvha (p.p.) Total	Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011			
1. Receita Corrente	16 560,6	16 284,8	-1,7	-1,6	0,2
Contribuições p/ S. Social, CGA e ADSE	2 994,3	2 795,0	-6,7	-1,1	0,0
2. Receita de Capital	926,0	1 302,5	40,7	2,2	-55,1
Outras transferências de capital	16,0	605,8		3,4	n.d.
<b>3. Receita Efectiva (1+2)</b>	<b>17 486,6</b>	<b>17 587,2</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-6,9</b>
4. Despesa Corrente	15 673,8	15 557,3	-0,7	-0,7	-3,7
Despesas com o pessoal	1 898,1	2 024,9	6,7	0,8	0,2
Aquisição de bens e serviços	6 148,9	5 898,5	-4,1	-1,5	-12,6
5. Despesa de Capital	795,9	872,4	9,6	0,5	10,7
<b>6. Despesa Efectiva (4+5)</b>	<b>16 469,7</b>	<b>16 429,7</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>-3,0</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>1 016,9</b>	<b>1 157,5</b>			
<b>Ajustamento relativo à operação de cessão de créditos:</b>					
Impacto no saldo global	0,0	450,0			
Receita de capital ajustada	926,0	708,3	-23,5	-1,2	
Receita efectiva ajustada	17 486,6	16 993,0	-2,8	-2,8	
Despesa de capital ajustada	795,9	728,2	-8,5	-0,4	
Despesa efectiva ajustada	16 469,7	16 285,5	-1,1	-1,1	
Saldo global ajustado	1 016,9	707,5			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Nota: A taxa de crescimento implícita no OE/2011 foi calculada face aos dados constantes na CGE/2010.

**27 O acompanhamento da execução orçamental dos serviços e fundos autónomos encontra-se prejudicado por vários factores.** À semelhança do verificado em períodos anteriores, a comparação com o período homólogo do ano anterior, encontra-se dificultada pelas seguintes condicionantes:

- A ausência de reporte, em 2010, de informação orçamental relativa a despesas com pessoal de um conjunto de estabelecimentos de saúde. Tendo em conta a variação homóloga apurada

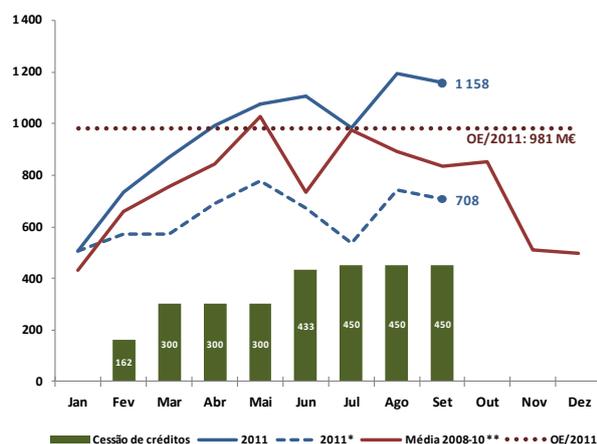
<sup>11</sup> Esta variação homóloga seria menos negativa caso fossem consideradas, em 2010, as referidas despesas com pessoal de um conjunto de estabelecimentos de saúde, cujo montante não é possível determinar.

<sup>12</sup> De acordo com as condições definidas no Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de Setembro, as transferências de capital da PT para a Caixa Geral de Aposentações ascendem, em 2011, a 450 M€, valor ao qual acrescem juros. Por memória, no mesmo âmbito, recorda-se que já foram transferidos 1882,1 M€ em Dezembro de 2010 e que até 20 de Dezembro de 2012 deverão ser transferidos 454,3 M€.

pela DGO para as despesas com pessoal em termos comparáveis, a UTAO estima que as despesas com pessoal desses organismos terão ascendido a 250 M€ até ao final do 3.º trimestre de 2011 (não sendo mensurável este efeito para o ano de 2010);

- A antecipação da compensação financeira relativa à transferência dos fundos de pensões da PT Comunicações, com um impacte líquido de 450 M€, que se previa ocorrer até ao final do ano de 2011;
- Ausência de reporte da execução orçamental de Setembro de 2011 por parte de alguns organismos<sup>13</sup>;
- A irregularidade intra-anual do padrão médio de execução nos anos 2008/2010 revela a tendência para uma diminuição considerável do excedente orçamental nos últimos dois meses do ano (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Evolução do saldo global dos serviços e fundos autónomos (em M€)**



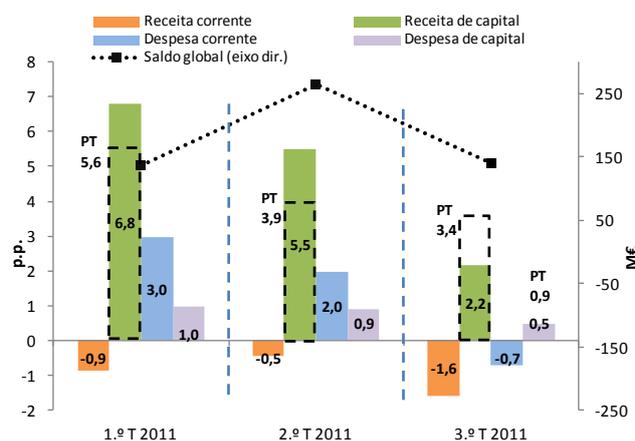
Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas ao Gráfico 8: De acordo com a proposta do OE/2012 o objectivo para o saldo dos serviços e fundos autónomos é de 677,6 M€.

\* Excluindo o valor da operação de cessão de créditos à Caixa Leasing e Factoring – Instituição Financeira de Crédito, S.A., no âmbito da transferência das responsabilidades com os planos de pensões dos actuais trabalhadores e ex-trabalhadores da PT Comunicações.

\*\* Excluindo, em Dez/2010, a verba respeitante à incorporação dos Fundos de Pensões da PT na CGA (1882,1 M€).

**Gráfico 9 - Variação do saldo global (em M€) e contributos para a Tvha da receita e da despesa (em p.p.) dos serviços e fundos autónomos em 2011**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**28 Em termos ajustados, a receita efectiva dos serviços e fundos autónomos diminuiu 2,8% face ao período homólogo.** O crescimento da receita efectiva seria de 0,6% se não for considerado o ajustamento resultante da operação de cessão de créditos. Apesar do efeito induzido pela referida operação de antecipação de receita, o ritmo de evolução da receita efectiva reduziu-se para 0,6% no 3.º trimestre (menos 4,4 p.p. que o verificado no final do 1.º semestre do ano), mantendo-se contudo bastante acima do objectivo implícito no OE/2011 (-6,9%).<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Fundo de Estabilização Aduaneiro e UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento.

<sup>14</sup> Refira-se que este acentuado decréscimo implícito no OE/2011 encontra-se influenciado pelo facto da publicação da legislação que definiu a calendarização dos montantes a transferir pela PT Comunicações (nota 12) ter sido posterior à aprovação do OE/2011, pelo que esta taxa de crescimento implícita no OE/2011 tem por referência uma estimativa de receita inferior em 150 M€ face ao valor da compensação, a favor da Caixa Geral de Aposentações, definido para o corrente ano (450 M€ em termos líquidos).

**29 A evolução da receita corrente (-6,4%) situa-se muito abaixo da previsão implícita ao OE/2011 (0,2%).** A receita corrente, que representa 92,6% da receita efectiva, apresenta uma redução homóloga de 6,4% denotando um agravamento de 5,9 p.p. ocorrido no 3.º trimestre de 2011 (no final do 1.º semestre de 2011 evidenciava uma redução de 0,5%), o que a situa muito abaixo da meta implícita no OE/2011 (0,2%). Neste capítulo regista-se uma diminuição das contribuições para segurança social, CGA e ADSE (-6,7%) em resultado do decréscimo da compensação pelo pagamento de pensões a entidades fora das administrações públicas (por via da integração desses fundos na CGA) e da redução da massa salarial. Por outro lado, verificou-se uma redução da transferência do OE para financiamento do SNS em cerca de 451,2 M€, reflexo das medidas de contenção implementadas na área da saúde.

**30 A receita de capital ajustada apresenta uma redução homóloga de 23,5%, mantendo ainda assim uma margem face à diminuição implícita no OE/2011.** O crescimento da receita de capital (40,7%) encontra-se influenciado pela referida operação de cessão de créditos, no montante de 594,2 M€. Assim, se expurgarmos este efeito, a correspondente variação homóloga ajustada é negativa em 23,5%, facto que, como vimos, explica a redução da receita efectiva ajustada. Efectivamente, a dimensão dos ajustamentos efectuados ao nível da receita de capital e da despesa de capital, relativos à referida operação financeira, teve três efeitos marcantes: i) uma evolução mais favorável da receita efectiva em 594,2 M€, ii) uma evolução mais desfavorável da despesa efectiva em 144,2 M€, e iii) um saldo global mais elevado em 450 M€, correspondente ao efeito líquido daqueles dois efeitos, cuja variação homóloga ajustada é negativa (-309,4 M€) caso se exclua o efeito desta operação (Gráfico 8, Gráfico 9, Tabela 7 e Tabela 13 em Anexo).

**31 A despesa dos serviços e fundos autónomos, em 2010, encontra-se subestimada pela ausência de reporte de despesas com pessoal referentes a alguns estabelecimentos de saúde.** Todavia, a DGO apresenta a variação homóloga, em universos comparáveis, para as despesas com pessoal (-6,5%), valor que difere substancialmente do apurado sem esta correcção (6,7%). Este apuramento não é passível de confirmação pela UTAO (mesmo com recurso à base de dados da DGO). Com base naquela variação comparável, foi possível à UTAO quantificar em cerca de 250 M€ (12,4% do total das despesas com pessoal dos serviços e fundos autónomos) o montante de despesas com pessoal, reportadas no 3.º trimestre de 2011, para as quais não existe termo de comparação em 2010.

**32 A redução da despesa com a “aquisição de bens e serviços” acentuou-se face ao verificado no trimestre anterior. Contudo, a execução acumulada desta rubrica até ao final de Setembro ainda se situa aquém do objectivo previsto no OE/2011.** Em termos homólogos, a variação negativa de 1,9%, verificada no final do 2.º trimestre, acentuou-se para -4,1%. Esta evolução é explicada pela redução de despesa ao nível do SNS, nomeadamente em participações de medicamentos, aquisição de produtos farmacêuticos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Contudo, a execução orçamental desta rubrica até ao 3.º trimestre situa-se ainda muito aquém da previsão implícita no OE/2011 para este agrupamento da despesa (redução de 12,6%), o que exigirá uma contracção mais acentuada no último trimestre do ano de forma a alcançar o referido objectivo orçamental.

**33 A execução financeira consolidada do SNS (numa óptica de compromissos), até ao final do 3.º trimestre, apresenta um défice orçamental de 200 M€, menos 132 M€ que no período homólogo de 2010.** Embora com carácter provisório, a execução financeira consolidada do SNS no final do 3.º trimestre de 2011 permite concluir o seguinte:

- A diminuição verificada ao nível da receita do SNS (-6,4%) resulta essencialmente da redução da transferência do OE em cerca de 451,2 M€ (-6,9%);

— A redução da despesa (-7,9%) compensou diminuição da receita, devido à forte redução da despesa com as rubricas “subcontratos” (-8,2%) e “despesas com pessoal” (-5,9%)<sup>15</sup>.

**34 O ajustamento “óptica de caixa” – “óptica de compromissos” do SNS relativo aos primeiros 9 meses do ano terá um impacte negativo de 239 M€ no défice das administrações públicas em contas nacionais.** Este resultado, que afectará o universo em contas nacionais dos serviços e fundos autónomos quando a autoridade estatística nacional apurar as contas nacionais até ao 3.º trimestre, decorre da diferença entre o saldo do SNS apurado em contabilidade pública (excedente orçamental de 39 M€) e o verificado em contabilidade nacional (défice de 200 M€).

## IV Segurança Social

**35 Ao longo de 2011, o excedente orçamental da segurança social situou-se sempre abaixo do saldo médio intra-anual dos últimos quatro anos.** No final do 3.º trimestre de 2011 o subsector da segurança social apresentou um excedente de 804 M€, inferior em 85 M€ face ao registado no período homólogo de 2010. Embora tenha continuado a seguir o perfil sazonal médio dos últimos quatro anos, o diferencial negativo face ao saldo médio verificado nos anos de 2007-2010 acentuou-se em Setembro, ascendendo a 373 M€ (Gráfico 10).

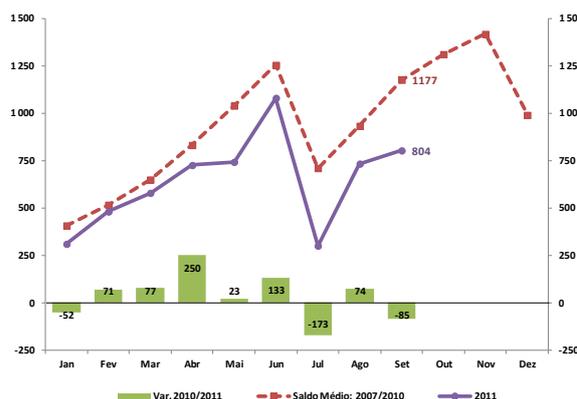
**36 Caso a receita e a despesa efectiva tivessem crescido ao ritmo implícito no OE/2011 (0,9% e 1,1%, respectivamente) o excedente deste subsector teria sido superior em 26 M€ ao efectivamente observado.**

Tabela 8 – Execução orçamental da segurança social: Janeiro a Setembro de 2011

	Milhões de Euros		Variação 2010-11		Por memória: Tx Cresc. OE/2011 (%)
	2010	2011	Tvha (%)	Contr. p/tvha (p.p.)	
1. Receita Corrente	17 702,5	17 632,3	-0,4	-0,4	0,8
2. Receita de Capital	25,8	3,0	-88,4	-0,1	52,2
3. Receita Efectiva (1+2)	17 728,3	17 635,3	-0,5	-0,5	0,9
4. Despesa Corrente	16 824,9	16 817,9	0,0	0,0	1,1
5. Despesa de Capital	15,1	13,8	-8,5	0,0	35,2
6. Despesa Efectiva (4+5)	16 840,0	16 831,6	0,0	0,0	1,1
7. Saldo Global (3-6)	888,3	803,7			

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Gráfico 10 – Evolução do saldo da segurança social (M€)



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

<sup>15</sup> Ao nível da despesa com pessoal são referidos como principais factores de contenção da despesa a diminuição da massa salarial, o aumento do número de aposentações e uma gestão mais criteriosa das horas extraordinárias e de suplementos remuneratórios. Por outro lado é também referido uma redução de: i) 21,6% da despesa em comparticipação de medicamentos (redução de preços, revisão da tabela de comparticipações e aumento do peso dos medicamentos genéricos); ii) 4,8% na despesa com Hospitais EPE; iii) 11,1% na despesa com meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

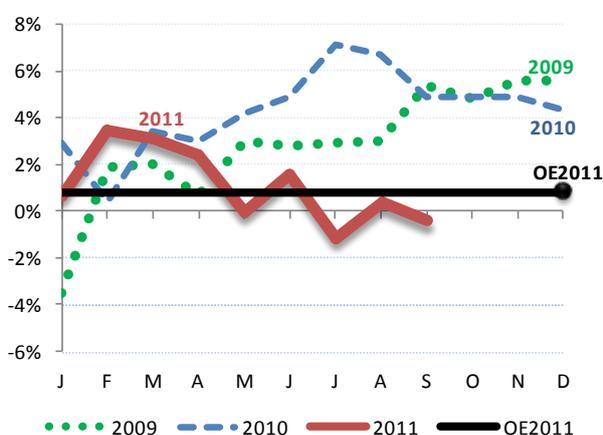
**37 No decurso do 3.º trimestre de 2011 a receita corrente manteve uma evolução sempre abaixo do crescimento implícito no OE/2011.** Contrariamente ao verificado até ao final do 1.º semestre (período no qual a receita corrente da segurança social registou taxas de variação homólogas acima da previsão implícita no OE/2011, com a excepção do mês de Maio) a receita corrente apresenta uma evolução abaixo da previsão implícita no OE/2011 (0,8%). Para este efeito contribuiu decisivamente a redução do financiamento do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social (-754,2 M€) que contribuiu com -4,3 p.p. para a redução da receita corrente (-0,4%). (Gráfico 11, Tabela 14 em Anexo).

**38 A acentuada redução das transferências correntes do OE foi atenuada pelo aumento da receita de transferências do Fundo Social Europeu, contribuições e quotizações e outra receita corrente.** Em sentido contrário à referida redução das transferências correntes do OE verificou-se um crescimento homólogo da receita proveniente de transferências correntes do Fundo Social Europeu (contributo de 1,5 p.p.), das contribuições e quotizações (1,5 p.p.) e outras receitas correntes (0,7 p.p.). Contudo, apesar da variação homóloga positiva verificada ao nível das contribuições e quotizações, é de referir que no final do 3.º trimestre estas se situam ainda 2 p.p. abaixo do implícito no OE/2011 para o conjunto do ano (Tabela 14 em Anexo).

**39 O facto da receita de contribuições e quotizações não se encontrar a crescer ao ritmo implícito ao OE/2011 constitui um factor de risco para a execução orçamental da segurança social e, nessa medida, para as administrações públicas no seu todo.** A contracção previsível da actividade económica na segunda metade do ano, com inevitáveis consequências ao nível do emprego, poderá não permitir que esta rubrica (que representa 58% da receita efectiva) recupere o diferencial negativo face à previsão do OE/2011 (2 p.p.).

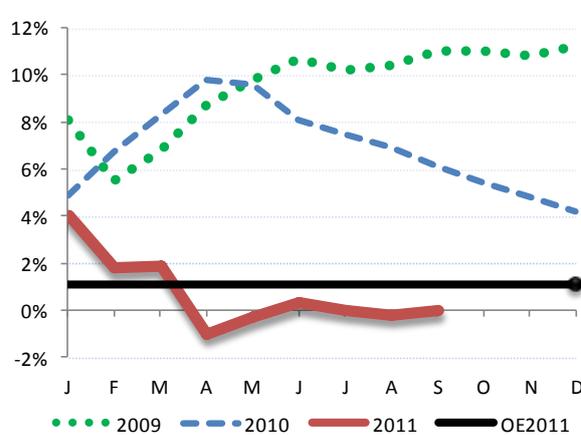
**40 A despesa corrente mantém uma evolução abaixo do previsto no OE/2011.** Desde o final do 1.º trimestre de 2011 que a despesa corrente apresenta uma evolução homóloga abaixo do ritmo implícito no OE/2011. No final do 3.º trimestre a despesa corrente apresentou um nível semelhante ao verificado no período homólogo, situando-se abaixo da previsão de crescimento para o conjunto do ano (1,1%) subjacente ao OE/2011. (Gráfico 11 e Gráfico 12).

**Gráfico 11 – Evolução da receita corrente da segurança social (tvha)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**Gráfico 12 – Evolução da despesa corrente da segurança social (tvha)**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**41 Exceptuando as pensões, o conjunto das restantes prestações sociais apresenta uma diminuição em termos homólogos.** No seu total as prestações sociais apresentam uma redução homóloga de 1,2%. Contudo, excluindo da análise a despesa com pensões (que cresceu 3%, em linha com a previsão do OE/2011), a despesa com as restantes prestações sociais reduziu-se, no seu conjunto, 9,3%. Pelo seu contributo para a despesa, assumem particular impacto as reduções de despesa com subsídio familiar a crianças e jovens (-32,7%) e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-8,9%). (Tabela 14 em Anexo).

**42 Embora a despesa com pensões, no seu total, se situe em linha com a previsão do OE/2011, verifica-se que, em particular, as pensões por velhice apresentam um crescimento acima do previsto.** O diferencial de crescimento das pensões por velhice face ao previsto no OE/2011 (1,7 p.p.) é compensado por um desvio favorável ao nível das pensões de sobrevivência (-7,4 p.p.) e invalidez (-0,9 p.p.). (Tabela 14 em Anexo).

## V Dívida não financeira das administrações públicas e outras entidades

A Síntese de Execução Orçamental da DGO passou a integrar a partir de Setembro um conjunto de informação relativo à dívida não financeira das administrações públicas. Nesse âmbito, passaram a constar os encargos assumidos e não pagos (EANP) e as dívidas por pagar há mais de 90 dias. A primeira informação é necessária ao apuramento do valor aproximado da despesa numa óptica de contas nacionais. O segundo conjunto de informação é relevante para a monitorização do objectivo de redução ou extinção destas dívidas, estabelecidas no Memorando de Entendimento Técnico, que consta do Programa de Assistência Financeira.

**43 De acordo com a última informação disponível referente a Agosto, as administrações públicas apresentaram um total de EANP de 6673 M€.** A maior parte destes encargos dizem respeito à administração local (3995 M€) e à administração regional (1956 M€).

**44 Face a Julho, verificou-se uma redução de 246 M€ em resultado da diminuição do stock de EANP da administração central e da administração local.** No caso da administração local, o stock de EANP continua a evidenciar uma tendência de diminuição (menos 375 M€, desde Junho), enquanto o stock de EANP da administração central inverteu, no mês de Agosto, a sequência de aumentos que se vinha verificando desde Junho, para se fixar num nível de dívidas por pagar inferior ao registado em Fevereiro deste ano. Em contraste, o stock de encargos assumidos e não pagos da administração regional registou em Agosto um novo aumento (de 49 M€).

**Tabela 9 – Encargos assumidos e não pagos a entidades fora das administrações públicas (Stock) - 2011**

Subsector	2011								Peso (%)		Variação Jul. / Ago.11		
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Mai.	Ago.	M€	%	CTV
Adm. Central	706	868	954	940	874	904	941	762	13%	11%	-179	-19%	-2,6
Adm. Regional	1 466	1 473	1 479	1 502	1 512	1 823	1 907	1 956	23%	29%	49	3%	0,7
Adm. Local	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	4 330	4 089	4 070	3 955	64%	59%	-115	-3%	-1,7
	2 172	2 342	2 434	2 442	6 716	6 817	6 919	6 673	100%	100%	-246	-3,5%	-3,5

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

Notas: n.d.: não disponível; a coluna CTV – contributo para a variação, evidencia a contribuição de cada subsector para a variação dos encargos assumidos e não pagos.

**45 A revisão do valor das dívidas por pagar da Região Autónoma da Madeira e a inclusão das dívidas do sector empresarial regional contribuíram para o acentuado aumento dos EANP da administração regional.** Estes factores estão na origem do forte aumento dos EANP verificado, a partir de Junho. O valor da dívida por pagar da administração regional cresceu 490 M€ desde o início do ano, dos quais 444 M€ entre Maio e Agosto. Este expressivo aumento contribuiu, não apenas para o incremento do peso das dívidas deste subsector, mas também para o facto de nos meses de Junho e Julho se ter registado uma elevada acumulação de dívidas por pagar no sector das administrações públicas.

**46 Na sequência da revisão do valor das dívidas por pagar da administração regional o valor inicialmente apurado dos pagamentos em atraso (há mais de 90 dias) foi alterado.** Esta revisão que incide sobre os valores apurados em Junho e Julho (respectivamente em 355 e 402M€) é devida em grande parte à administração regional. Com efeito, este subsector apresenta em Junho e Julho uma revisão de 295 e 335M€, sendo o restante relativo à administração local. Estas revisões não conferem, estabilidade dos valores inicialmente apurados, no âmbito das dívidas por pagar há mais de 90 dias, contribuindo para que a redução destas dívidas face ao objectivo estabelecido no PAF seja ainda de difícil aferição.

**47 No âmbito das dívidas por pagar há mais de 90 dias, as administrações públicas e outras entidades registaram um novo aumento no mês de Agosto, tendo os hospitais EPE contribuído decisivamente para este resultado.** Em Agosto, os pagamentos em atraso aumentaram 226 M€, dos quais 180 M€ relativos a dívidas dos Hospitais EPE. Estas entidades acumularam 210 M€ de pagamentos em atraso desde Junho, os quais representam aproximadamente 85% do total do aumento das dívidas por pagar há mais de 90 dias verificado nas administrações públicas e outras entidades.

**Tabela 10 – Pagamentos em atraso 2011 (Dívidas por pagar há mais de 90 dias)**

Subsector	Junho		Julho		Agosto		Variações			
							Agosto		Acum. desde Junho	
	M€	peso (%)	M€	peso (%)	M€	peso (%)	M€	%	M€	%
<b>Administrações Públicas (Total consolidado)</b>	<b>3.051</b>	<b>69,2</b>	<b>3.042</b>	<b>68,7</b>	<b>3.087</b>	<b>66,3</b>	<b>45</b>	<b>1,5</b>	<b>36</b>	<b>1,2</b>
Admin. Central excl. Subsector da Saúde	312	7,1	308	7,0	273	5,9	-35	-11,3	-39	-12,5
Subsector da Saúde	240	5,4	221	5,0	245	5,3	24	11,0	5	2,2
Entidades públicas reclassificadas	58	1,3	86	1,9	94	2,0	7	8,6	35	60,3
Administração Regional	929	21,1	966	21,8	983	21,1	17	1,8	54	5,8
Administração Local	1.685	38,2	1.656	37,4	1.648	35,4	-7	-0,4	-37	-2,2
<b>Outras Entidades</b>	<b>1.357</b>	<b>30,8</b>	<b>1.386</b>	<b>31,3</b>	<b>1.566</b>	<b>33,7</b>	<b>180</b>	<b>13,0</b>	<b>209</b>	<b>15,4</b>
Empresas públicas não reclassificadas	13	0,3	11	0,2	11	0,2	0	3,3	-1	-10,0
Hospitais EPE	1.345	30,5	1.375	31,0	1.555	33,4	180	13,1	210	15,6
<b>Administrações Públicas e outras entidades</b>	<b>4.409</b>	<b>100,0</b>	<b>4.427</b>	<b>100,0</b>	<b>4.653</b>	<b>100,0</b>	<b>226</b>	<b>5,1</b>	<b>244</b>	<b>5,5</b>

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**48 A administração local e a administração central (excluindo o “subsector da saúde”) foram os únicos subsectores das administrações públicas que reduziram o montante de pagamentos em atraso no mês de Agosto.** Estes dois subsectores evidenciaram em Agosto uma nova redução das dívidas em atraso. As dívidas destes subsectores diminuíram 76M€ desde Junho, dos quais 39 M€ na administração central e os restantes 37M€ na administração local. O peso do conjunto destes subsectores na dívida decresceu 4 p.p. face a Junho, com particular destaque para a administração local (2,8 p.p.).

**49 As entidades públicas reclassificadas e o subsector da administração regional continuam a acumular dívidas por pagar há mais de 90 dias.** Estas entidades e organismos das regiões autónomas, conjuntamente com o “subsector da saúde”, contribuíram para que o total das dívidas em atraso do sector das administrações públicas registasse um aumento em Agosto. Saliente-se que o “subsector da saúde” que em Julho tinha reduzido em 19,1 M€ as suas dívidas em atraso registou um aumento de 24 M€, em Agosto.

# VI Anexo Estatístico

**Tabela 11 – Execução Orçamental do Estado, por classificação económica – Janeiro a Setembro de 2011**

	2010		2011		Variação 2010-2011				
	M€	Taxa de execução (%)	M€	Taxa de execução (%)	M€	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	Por memória: Tx Cresc. OE2011 (%)	Desvio face tx cresc. OE2011 (%)
<b>1. RECEITA CORRENTE</b>	<b>26 049,0</b>	<b>75,2</b>	<b>27 606,9</b>	<b>73,6</b>	<b>1 557,9</b>	<b>6,0</b>	<b>5,9</b>	<b>5,4</b>	<b>0,6</b>
<b>Receitas fiscais</b>	<b>23 757,1</b>	<b>76,6</b>	<b>25 032,8</b>	<b>74,7</b>	<b>1 275,7</b>	<b>5,4</b>	<b>4,8</b>	<b>3,8</b>	<b>1,6</b>
<b>Impostos Directos -dos quais:</b>	<b>9 726,0</b>	<b>73,1</b>	<b>10 374,5</b>	<b>75,3</b>	<b>648,5</b>	<b>6,7</b>	<b>2,4</b>	<b>1,5</b>	<b>5,2</b>
IRS	6 208,5	68,6	6 334,7	66,1	126,2	2,0	0,5	7,2	-5,2
IRC	3 507,6	83,5	3 992,1	95,5	484,5	13,8	1,8	-8,9	22,7
<b>Impostos Indirectos -dos quais:</b>	<b>14 031,1</b>	<b>79,2</b>	<b>14 658,3</b>	<b>74,3</b>	<b>627,2</b>	<b>4,5</b>	<b>2,4</b>	<b>5,4</b>	<b>-0,9</b>
IVA	9 048,1	80,3	9 872,9	74,5	824,8	9,1	3,1	9,1	0,0
Imposto s/ prod. petrolíferos energ. (ISPE)	1 814,6	73,5	1 757,5	73,4	-57,1	-3,1	-0,2	-0,5	-2,6
Imposto sobre Veículos	626,9	88,3	511,3	64,7	-115,6	-18,4	-0,4	-2,4	-16,0
Imposto Único de Circulação (IUC)	112,3	80,2	127,4	79,6	15,1	13,4	0,1	5,8	7,6
Imposto de consumo s/ tabaco	1 078,3	91,4	1 082,4	80,2	4,1	0,4	0,0	-5,5	5,9
Imposto do selo	1 168,0	69,0	1 136,0	74,7	-32,0	-2,7	-0,1	-1,2	-1,5
<b>Receitas correntes não fiscais</b>	<b>2 291,9</b>	<b>61,5</b>	<b>2 574,1</b>	<b>62,3</b>	<b>282,2</b>	<b>12,3</b>	<b>1,1</b>	<b>21,8</b>	<b>-9,5</b>
<i>das quais:</i>									
Contribuições p/ Segurança Social, CGA e ADSE	168,9	67,2	336,7	57,5	167,8	99,3	0,6	150,1	-50,8
Comparticipações para a ADSE	157,8	68,6	326,9	58,1	169,1	107,2	0,6	161,0	-53,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	422,3	57,3	473,5	66,9	51,2	12,1	0,2	19,6	-7,5
Rendimentos da Propriedade	460,6	105,9	248,6	61,5	-212,0	-46,0	-0,8	-14,6	-31,4
Transferências Correntes	638,1	46,8	754,4	49,2	116,3	18,2	0,4	26,6	-8,4
Administrações públicas	540,4	47,1	710,7	51,0	170,3	31,5	0,6	n.d.	n.d.
Exterior	89,1	46,5	34,4	29,3	-54,7	-61,4	-0,2	n.d.	n.d.
Venda de Bens e Serviços Correntes	290,1	60,9	309,9	78,4	19,8	6,8	0,1	-5,0	11,8
Outras Receitas Correntes	101,3	46,6	265,4	94,7	164,1	162,0	0,6	53,3	108,7
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	76,8	111,6	58,6	112,0	-18,2	-23,7	-0,1	-44,6	20,9
<b>2. RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>483,2</b>	<b>28,6</b>	<b>289,8</b>	<b>24,6</b>	<b>-193,4</b>	<b>-40,0</b>	<b>-0,7</b>	<b>32,1</b>	<b>-72,1</b>
<i>das quais:</i>									
Venda de Bens de Investimento	10,5	2,5	11,6	2,9	1,1	10,5	0,0	135,1	-124,6
Transferências de Capital	60,3	22,4	48,3	36,8	-12,0	-19,9	0,0	37,8	-57,7
Saldos da Gerência Anterior	407,4	98,3	175,0	158,5	-232,4	-57,0	-0,9	-94,6	37,6
Outras Receitas de Capital	5,0	0,9	54,9	10,2	49,9	998,0	0,2	465,3	532,7
<b>3. TOTAL DA RECEITA EFECTIVA (1+2)</b>	<b>26 532,2</b>	<b>72,8</b>	<b>27 896,7</b>	<b>71,9</b>	<b>1 364,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,1</b>	<b>6,0</b>	<b>-0,9</b>
<b>4. DESPESA CORRENTE</b>	<b>33 782,2</b>	<b>70,7</b>	<b>32 213,7</b>	<b>70,9</b>	<b>-1 568,5</b>	<b>-4,6</b>	<b>-4,4</b>	<b>-3,4</b>	<b>-1,2</b>
Despesas com o pessoal	8 191,6	70,7	7 334,9	74,6	-856,7	-10,5	-2,4	-15,5	5,0
Remunerações Certas e Permanentes	6 065,0	70,8	5 656,8	73,5	-408,1	-6,7	-1,1	-10,6	3,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	375,4	68,2	313,3	66,3	-62,1	-16,6	-0,2	-10,8	-5,8
Segurança Social	1 751,3	71,1	1 364,8	82,0	-386,4	-22,1	-1,1	-33,9	11,8
Aquisição de bens e serviços correntes	822,7	51,6	1 080,0	55,2	257,4	31,3	0,7	34,1	-2,8
Juros e outros encargos	3 694,3	67,1	4 164,6	66,1	470,3	12,7	1,3	26,7	-14,0
Transferências correntes	20 481,8	73,4	19 105,2	74,3	-1 376,6	-6,7	-3,8	-7,3	0,6
Administrações Públicas	18 272,7	73,7	17 168,4	75,1	-1 104,3	-6,0	-3,1	-7,5	1,5
Administração Central	10 991,7	73,0	10 713,1	75,4	-278,6	-2,5	-0,8	-5,0	2,5
Administração Local	1 474,9	74,4	1 403,1	73,7	-71,9	-4,9	-0,2	-3,7	-1,2
Segurança Social	5 806,1	74,8	5 052,3	75,0	-753,9	-13,0	-2,1	-13,1	0,1
Outras transferências correntes	2 209,0	70,9	1 936,7	67,7	-272,3	-12,3	-0,8	-5,5	-6,8
Subsídios	295,2	40,8	149,1	24,1	-146,1	-49,5	-0,4	-10,9	-38,6
Outras despesas correntes	296,6	62,8	379,8	36,5	83,2	28,0	0,2	126,2	-98,2
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>30 087,9</b>	<b>71,1</b>	<b>28 049,1</b>	<b>71,6</b>	<b>-2 038,8</b>	<b>-6,8</b>	<b>-5,7</b>	<b>-7,0</b>	<b>0,2</b>
<b>5. DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>2 055,2</b>	<b>45,7</b>	<b>2 244,6</b>	<b>69,7</b>	<b>189,4</b>	<b>9,2</b>	<b>0,5</b>	<b>5,3</b>	<b>3,9</b>
Investimento	280,6	14,6	257,0	38,2	-23,6	-8,4	-0,1	-56,9	48,5
Transferências de capital	1 762,0	69,0	1 977,8	79,6	215,8	12,2	0,6	41,2	-29,0
Outras despesas de capital	12,6	61,4	9,8	14,7	-2,9	-22,6	0,0	299,6	-322,2
<b>6. TOTAL DA DESPESA EFECTIVA (4+5)</b>	<b>35 837,4</b>	<b>68,5</b>	<b>34 458,2</b>	<b>70,8</b>	<b>-1 379,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>-1,1</b>
<b>7. SALDO GLOBAL (3-6)</b>	<b>-9 305,2</b>		<b>-6 561,5</b>		<b>2 743,7</b>				
<b>Ajustamentos na despesa:</b>									
<b>A. Nova forma de contabilização das despesas com a ADSE:</b>									
Despesas com o pessoal, <i>das quais:</i>	7 751,2	:	7 334,9	:	-416,2	-5,4	-1,2	n.c.	n.c.
Segurança Social	1 310,8	:	1 364,8	:	54,0	4,1	0,2	n.c.	n.c.
Aquisição bens e serviços correntes	1 263,1	:	1 080,0	:	-183,1	-14,5	-0,5	n.c.	n.c.
<b>B. Objectivos OE/2011, excluindo a dotação relativa à aquisição de material militar de sub-superfície *</b>									
Despesa de Capital, <i>da qual:</i>	2 055,2	45,7	2 244,6	69,7	189,4	9,2	0,5	-19,8	29,0
Transferências de capital	1 762,0	69,0	1 977,8	79,6	215,8	12,2	0,6	0,7	11,5
Despesa Efectiva	35 837,4	68,5	34 458,2	70,8	-1 379,2	-3,8	-3,8	-4,7	0,9

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO. |Notas: A coluna "contribuição para a tvha" evidencia a contribuição de cada uma das rubricas para os totais de receita e despesa respectivos. A taxa de crescimento implícita do OE/2011 foi calculada tendo por base, para 2010, os dados publicados da Conta Geral do Estado de 2010, divulgada pela DGO no dia 30 de Junho de 2011 e, para 2011, a previsão do OE/2011, correspondente à Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, tal como consta em informação disponibilizada pela DGO, em 29 de Abril, na sequência de um pedido de informação da UTAO, o qual não foi disponibilizado com detalhe semelhante ao constante do Boletim Síntese da Execução Orçamental. N.d. – não disponível.

**Tabela 12 – Despesa do Estado, por classificação funcional, Janeiro a Setembro de 2011**

	2010		2011		2010-2011			Por memória OE 2011		
	M€	Estrutura (%)	M€	Estrutura (%)	Varição M€	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	OE 2011	Estrutura (%)	Desvio face estrutura OE (p.p.)
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>4 977,9</b>	<b>13,9</b>	<b>4 669,2</b>	<b>13,6</b>	<b>-308,8</b>	<b>-6,2</b>	<b>-0,9</b>	<b>7 673,1</b>	<b>15,5</b>	<b>-2,0</b>
— Serviços Gerais da Administração Pú	1 398,3	3,9	1 216,8	3,5	-181,5	-13,0	-0,5	1 829,6	3,7	-0,2
— Defesa Nacional	1 325,8	3,7	1 248,8	3,6	-77,0	-5,8	-0,2	2 847,9	5,8	-2,1
— Segurança e Ordem Públicas	2 253,9	6,3	2 203,6	6,4	-50,2	-2,2	-0,1	2 995,6	6,1	0,3
<b>Funções Sociais</b>	<b>22 618,3</b>	<b>63,1</b>	<b>21 073,9</b>	<b>61,2</b>	<b>-1 544,4</b>	<b>-6,8</b>	<b>-4,3</b>	<b>28 599,4</b>	<b>57,9</b>	<b>3,3</b>
— Educação	6 142,6	17,1	5 664,7	16,4	-477,9	-7,8	-1,3	7 710,8	15,6	0,8
— Saúde	7 220,0	20,1	6 683,2	19,4	-536,8	-7,4	-1,5	9 035,3	18,3	1,1
— Segurança e Acção Sociais	8 798,5	24,6	8 378,2	24,3	-420,3	-4,8	-1,2	11 097,6	22,5	1,9
— Habitação e Serviços Colectivos	206,1	0,6	144,1	0,4	-62,0	-30,1	-0,2	405,8	0,8	-0,4
— Serviços Culturais, Recreativos e Reli	251,1	0,7	203,6	0,6	-47,4	-18,9	-0,1	349,9	0,7	-0,1
<b>Funções Económicas</b>	<b>881,3</b>	<b>2,5</b>	<b>1 137,2</b>	<b>3,3</b>	<b>255,9</b>	<b>29,0</b>	<b>0,7</b>	<b>1 772,1</b>	<b>3,6</b>	<b>-0,3</b>
— Agricultura e Pecuária, Silv., Caça e Pt	358,1	1,0	330,8	1,0	-27,3	-7,6	-0,1	487,5	1,0	0,0
— Indústria e Energia	51,4	0,1	0,0	0,0	-51,4	-99,9	-0,1	0,0	0,0	0,0
— Transportes e Comunicações	152,9	0,4	677,8	2,0	524,9	343,3	1,5	1 038,6	2,1	-0,1
— Comércio e Turismo		0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0	0,0
— Outras Funções Económicas	318,9	0,9	128,6	0,4	-190,4	-59,7	-0,5	246,0	0,5	-0,1
<b>Outras Funções</b>	<b>7 359,9</b>	<b>20,5</b>	<b>7 578,0</b>	<b>22,0</b>	<b>218,1</b>	<b>3,0</b>	<b>0,6</b>	<b>11 361,3</b>	<b>23,0</b>	<b>-1,0</b>
— Operações da Dívida Pública	3 693,5	10,3	4 163,8	12,1	470,2	12,7	1,3	6 300,0	12,8	-0,7
— Transferências entre Administrações	3 666,3	10,2	3 414,2	9,9	-252,1	-6,9	-0,7	4 661,3	9,4	0,5
— Diversas não especificadas		0,0	0,0	0,0	-	-	-	400,0	0,8	-0,8
<b>Despesa efectiva</b>	<b>35 837,4</b>	<b>100,0</b>	<b>34 458,2</b>	<b>100,0</b>	<b>-1 379,2</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,8</b>	<b>49 405,9</b>	<b>100,0</b>	<b>0,0</b>

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**Tabela 13 – Execução Orçamental dos serviços e fundos autónomos, Janeiro a Setembro de 2011**

	2010		2011		Variação		Contributo p/Tvha (p.p.)	
	M€	M€	Taxa Exec. (%)	M€	Tvha (%)	Total	do qual: SNS	
<b>1. RECEITA CORRENTE</b>	<b>16 560,6</b>	<b>16 284,8</b>	<b>70,1</b>	<b>-275,9</b>	<b>-1,7</b>	<b>-1,6</b>	<b>-2,4</b>	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2 994,3	2 795,0	66,8	-199,3	-6,7	-1,1		
Taxas, multas e outras penalidades	885,9	924,7	62,1	38,8	4,4	0,2	0,0	
Transferências correntes	11 841,7	11 689,9	73,3	-151,7	-1,3	-0,9	-2,4	
Outros subsectores das Administrações Públicas	11 601,0	11 361,9	73,9	-239,0	-2,1	-1,4	-2,5	
União Europeia	132,4	214,2	48,3	81,8	61,8	0,5	0,0	
Outras receitas correntes	537,1	571,8	48,0	34,7	6,5	0,2	0,0	
<b>2. RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>926,0</b>	<b>1 302,5</b>	<b>69,3</b>	<b>376,5</b>	<b>40,7</b>	<b>2,2</b>	<b>0,0</b>	
Transferências de capital	903,4	1 288,9	71,1	385,5	42,7	2,2	0,0	
Outros subsectores das Administrações Públicas	562,6	282,3	57,6	-280,3	-49,8	-1,6		
União Europeia	324,8	400,8	58,1	76,0	23,4	0,4	0,0	
Outras transferências	16,0	605,8	95,6	589,9	3 692,0	3,4	0,0	
<b>3. TOTAL DA RECEITA EFECTIVA (1+2)</b>	<b>17 486,6</b>	<b>17 587,2</b>	<b>70,1</b>	<b>100,6</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-2,4</b>	
<b>4. DESPESA CORRENTE</b>	<b>15 673,8</b>	<b>15 557,3</b>	<b>68,4</b>	<b>-116,5</b>	<b>-0,7</b>	<b>-0,7</b>	<b>0,0</b>	
Despesas com o pessoal	1 898,1	2 024,9	63,2	126,8	6,7	0,8	1,1	
Aquisição de bens e serviços	6 148,9	5 898,5	72,4	-250,4	-4,1	-1,5	-0,9	
Transferências correntes	7 171,8	7 325,9	69,3	154,0	2,1	0,9	-0,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	469,3	475,6	51,5	6,2	1,3	0,0	-0,1	
Outras transferências	6 702,5	6 850,3	71,0	147,8	2,2	0,9	0,0	
Subsídios	370,3	249,8	36,7	-120,4	-32,5	-0,7		
Outras despesas correntes	75,5	50,4	37,5	-25,1	-33,2	-0,2	-0,1	
<b>5. DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>795,9</b>	<b>872,4</b>	<b>51,2</b>	<b>76,5</b>	<b>9,6</b>	<b>0,5</b>	<b>0,2</b>	
Investimento	148,1	180,7	26,5	32,6	22,0	0,2	0,1	
Transferências de capital	596,2	670,5	67,9	74,2	12,4	0,5	0,1	
Outros subsectores das Administrações Públicas	74,5	40,2	35,4	-34,3	-46,0	-0,2		
Outras transferências	521,7	630,2	72,1	108,5	20,8	0,7	0,1	
Outras despesas de capital	51,5	21,3	62,2	-30,3	-58,7	-0,2		
<b>6. TOTAL DA DESPESA EFECTIVA (4+5)</b>	<b>16 469,7</b>	<b>16 429,7</b>	<b>67,2</b>	<b>-40,0</b>	<b>-0,2</b>	<b>-0,2</b>	<b>0,2</b>	
<b>7. SALDO GLOBAL (3-6)</b>	<b>1 016,9</b>	<b>1 157,5</b>		<b>140,6</b>				
<b>Ajustamento relativo à operação de cessão de créditos (Contabilizada como Receita/Despesa de Capital na CGA)</b>								
Receita de capital relativa à operação de cessão de créditos	0,0	594,2		594,2		3,4		
Receita de capital Ajustada	926,0	708,3		-217,7		-1,2		
Receita efectiva Ajustada	17 486,6	16 993,0		-493,6		-2,8		
Despesa de capital relativa à operação de cessão de créditos	0,0	144,2		144,2		0,9		
Despesa de capital Ajustada	795,9	728,2		-67,7		-0,4		
Despesa efectiva Ajustada	16 469,7	16 285,5		-184,2		-1,1		
<b>Saldo Global Ajustado</b>	<b>1 016,9</b>	<b>707,5</b>		<b>-309,4</b>				

Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

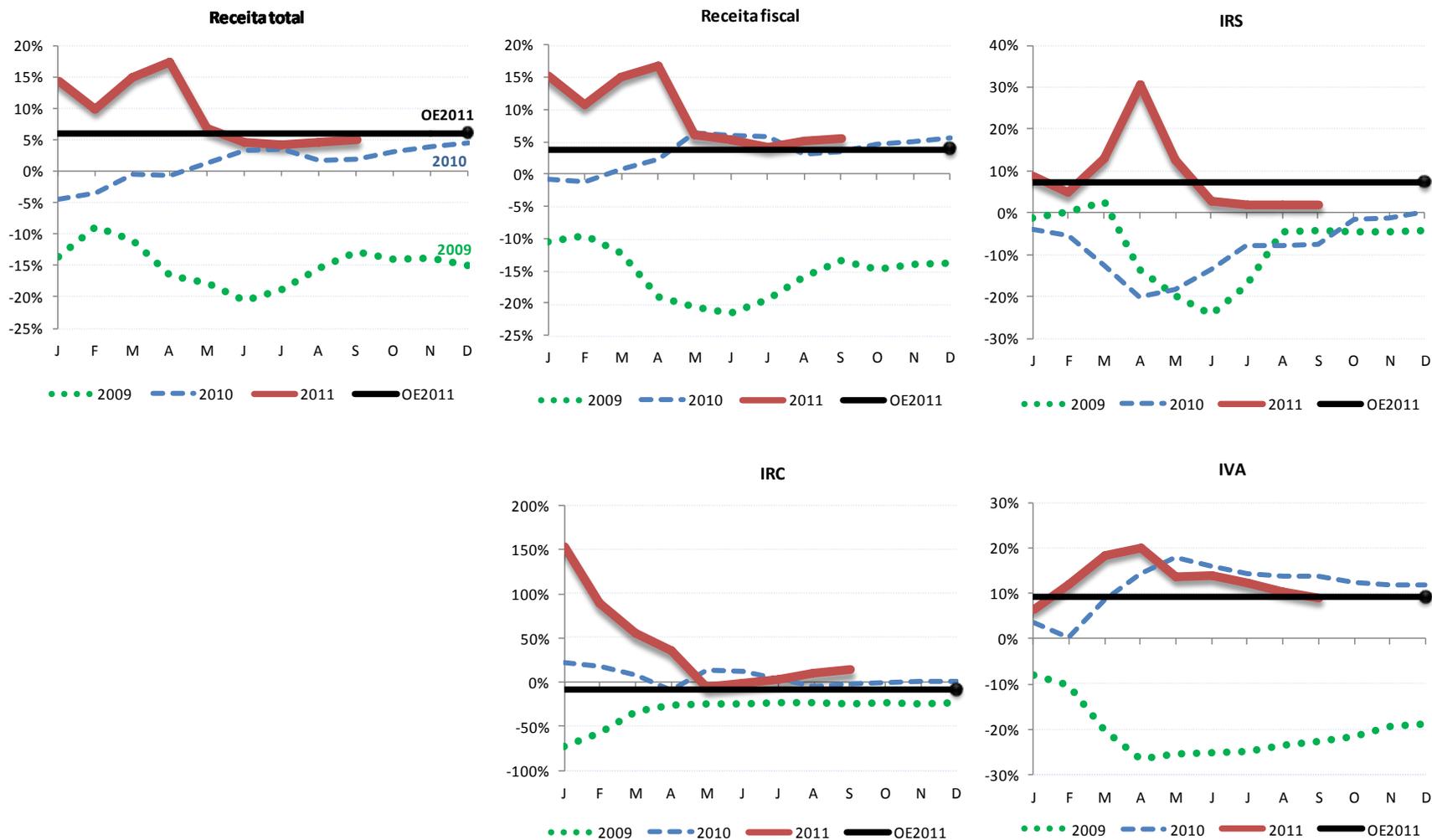
Notas: A coluna "contribuição para a Tvha" evidencia a contribuição de cada uma das rubricas para os totais de receita e despesa respectivos.

**Tabela 14 – Execução Orçamental da segurança social, Janeiro a Setembro de 2011**

	2010	2011		Variação 2010-2011			Por memória: Tx Cresc. OE 2011 (%)
	M€	M€	Taxa de execução (%)	M€	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)	
<b>1. RECEITA CORRENTE</b>	<b>17 702,5</b>	<b>17 632,3</b>	<b>73,4</b>	<b>-70,1</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,8</b>
Contribuições e quotizações	9 964,3	10 236,7	72,5	272,4	2,7	1,5	4,7
Adicional ao IVA	523,3	536,4	75,0	13,1	2,5	0,1	2,5
Transferências correntes da Administração Central	5 912,1	5 163,9	74,3	-748,2	-12,7	-4,2	-12,3
Transferências do Fundo Social Europeu	711,0	974,2	72,4	263,2	37,0	1,5	47,8
Outras receitas correntes	591,8	721,1	80,4	129,3	21,9	0,7	8,9
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25,8</b>	<b>3,0</b>	<b>7,1</b>	<b>-22,8</b>	<b>-88,4</b>	<b>-0,1</b>	<b>52,2</b>
Transferências do Orçamento de Estado	2,6	1,1	15,1	-1,5	-56,9	0,0	85,6
Outras receitas capital	23,2	1,9	5,4	-21,4	-91,9	-0,1	46,7
<b>3. TOTAL DA RECEITA EFECTIVA(1+2)</b>	<b>17 728,3</b>	<b>17 635,3</b>	<b>73,3</b>	<b>-93,0</b>	<b>-0,5</b>	<b>-0,5</b>	<b>0,9</b>
<b>4. DESPESA CORRENTE</b>	<b>16 824,9</b>	<b>16 817,9</b>	<b>71,9</b>	<b>-7,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>
<b>Pensões</b>	<b>9 956,6</b>	<b>10 259,0</b>	<b>71,4</b>	<b>302,4</b>	<b>3,0</b>	<b>1,8</b>	<b>2,9</b>
— Sobrevivência	1 447,0	1 393,5	67,7	-53,5	-3,7	-0,3	3,7
— Invalidez	1 007,5	999,0	70,6	-8,5	-0,8	-0,1	0,1
— Velhice	7 501,1	7 863,2	72,2	362,1	4,8	2,2	3,1
Subsídio familiar a crianças e jovens	760,3	511,5	70,3	-248,8	-32,7	-1,5	-23,9
Subsídio por doença	333,9	340,3	79,0	6,5	1,9	0,0	-3,6
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1 699,9	1 548,8	74,3	-151,1	-8,9	-0,9	-7,1
Complemento Solidário para Idosos	198,1	204,4	75,1	6,3	3,2	0,0	2,6
Outras prestações	606,5	631,6	78,0	25,1	4,1	0,1	0,2
Acção social	1 172,5	1 149,5	69,5	-23,0	-2,0	-0,1	1,7
Rendimento Social de Inserção	410,8	313,1	78,3	-97,7	-23,8	-0,6	-23,1
Administração	271,0	245,8	62,9	-25,2	-9,3	-0,1	1,6
Outras despesas correntes	508,9	492,4	76,4	-16,5	-3,2	-0,1	-7,8
— <i>das quais:</i> Transferências e subsídios correntes	0,0	0,0		0,0	-3,2	0,0	-7,8
Acções de Formação Profissional	906,4	1 121,3	70,2	214,8	23,7	1,3	31,5
— <i>das quais:</i> com suporte no FSE	730,8	936,3	68,5	205,6	28,1	1,2	39,2
<b>5. DESPESA CAPITAL</b>	<b>15,1</b>	<b>13,8</b>	<b>30,0</b>	<b>-1,3</b>	<b>-8,5</b>	<b>0,0</b>	<b>35,2</b>
<b>6. TOTAL DA DESPESA EFECTIVA (4+5)</b>	<b>16 840,0</b>	<b>16 831,6</b>	<b>71,7</b>	<b>-8,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1,1</b>
<b>7. SALDO GLOBAL (3-6)</b>	<b>888,3</b>	<b>803,7</b>		<b>-84,6</b>			

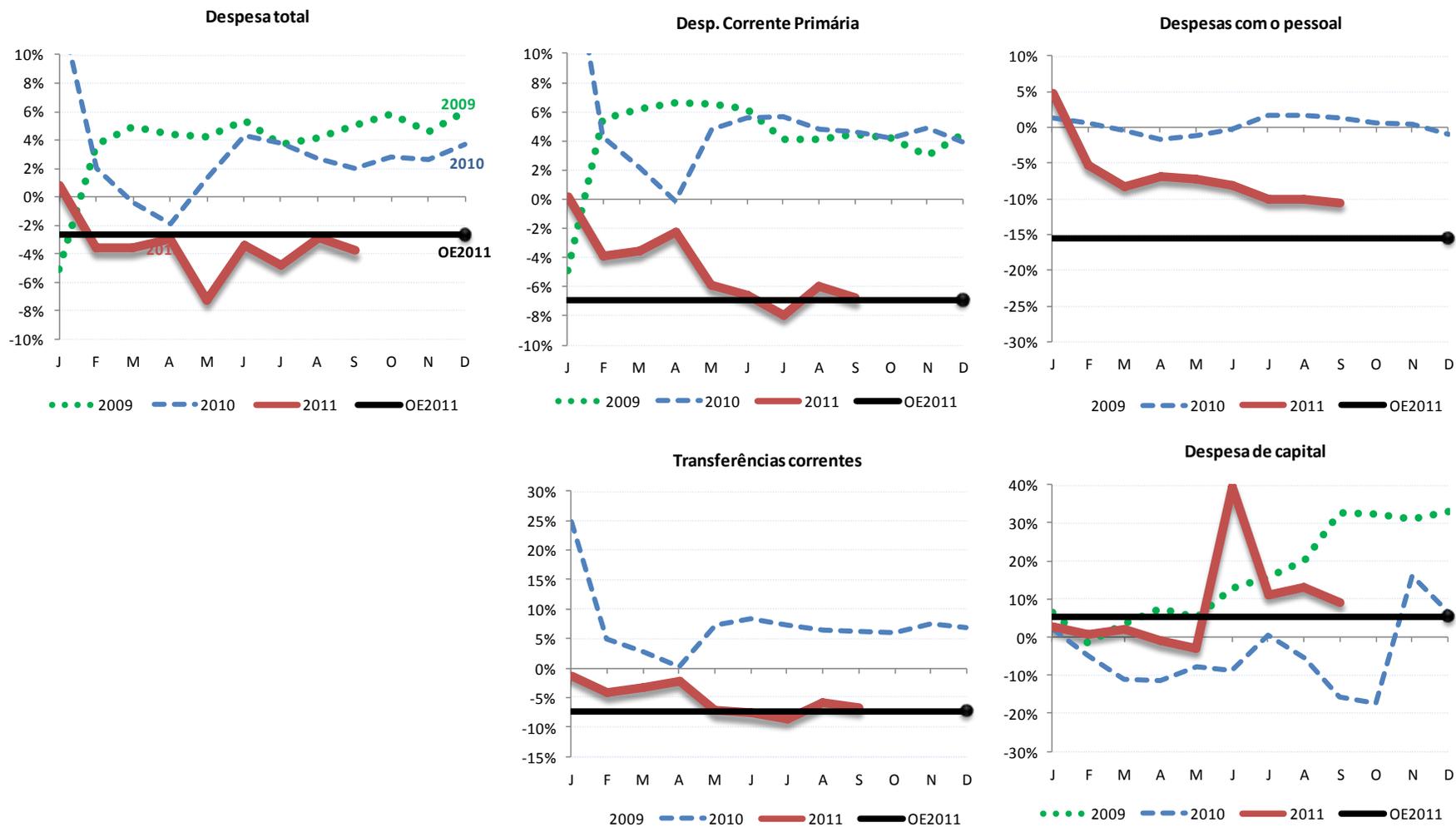
Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**Gráfico 13 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental do Estado - Receita**



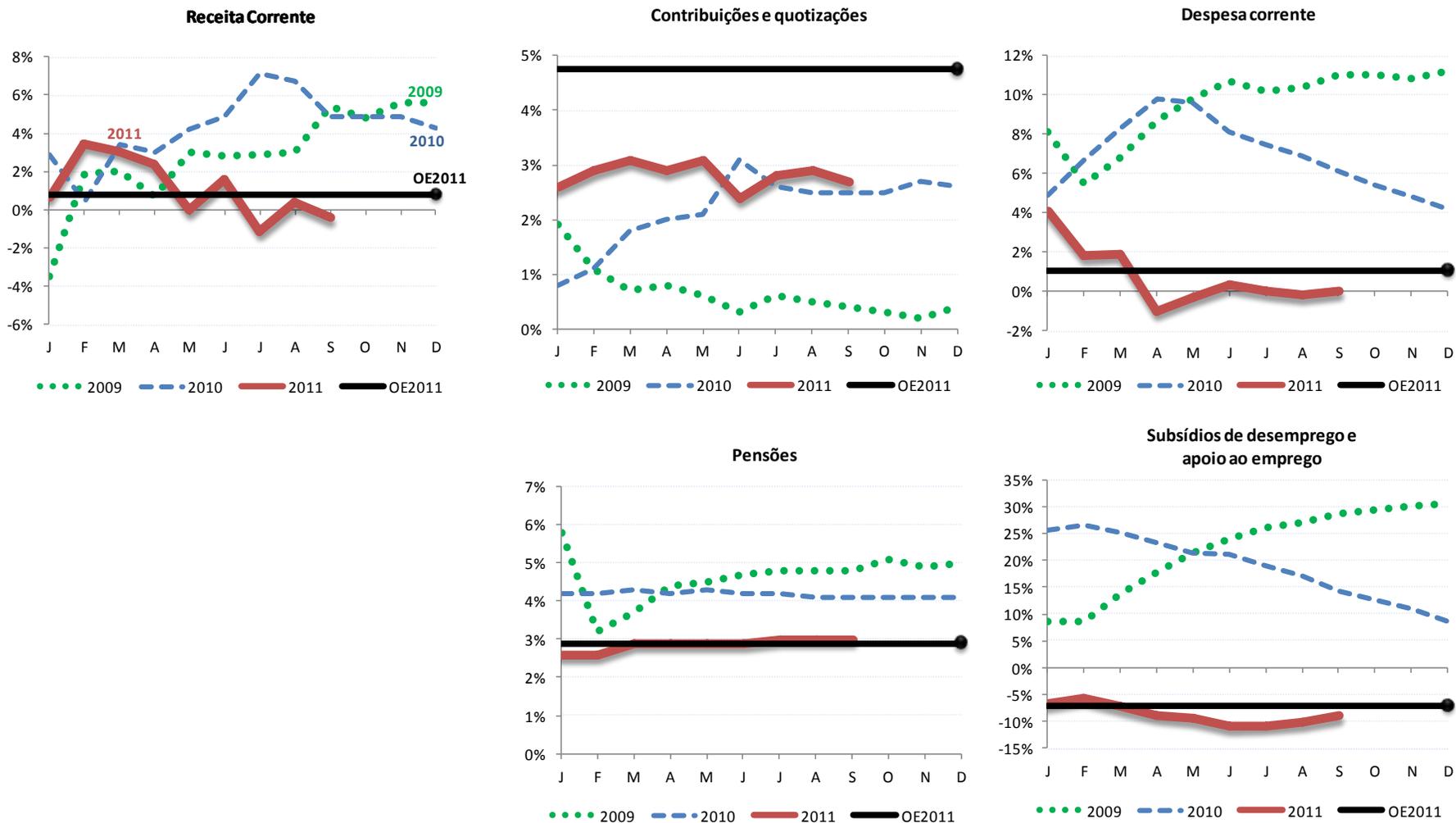
Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**Gráfico 14 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental do Estado - Despesa**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

**Gráfico 15 – Evolução temporal das taxas de variação homólogas acumuladas (tvha) da execução orçamental da segurança social**



Fonte: DGO. Cálculos da UTAO.

UTAO | PARECER TÉCNICO n.º 11/2011 • Execução Orçamental - Janeiro a Setembro de 2011